UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ANDRÉ DAL'BÓ DA COSTA

Luta social e a produção da cidade

São Carlos, 2013

ANDRÉ DAL'BÓ DA COSTA

Luta social e a produção da cidade.

Dissertação apresentada ao Instituto de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo, São Carlos, como parte dos
requisitos para a obtenção do título de Mestre
em Arquitetura e Urbanismo.

Versão corrigida.

Área de Concentração: Arquitetura,
Urbanismo e Tecnologia.

Orientador: João Marcos de Almeida Lopes

SÃO CARLOS 2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento
de informação do Serviço da Biblioteca – EESC/USP**

D1361 Dal'Bó, André
Luta social e a produção da cidade / André Dal'Bó;
orientador João Marcos de Almeida Lopes. São Carlos,
2013.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação
em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em
Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia -- Instituto de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo,
2013.

1. Luta social. 2. Luta por moradia. 3. Produção do
espaço urbano. 4. Movimento social. 5. Teoria do
urbanismo. I. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato: Arquiteto e Urbanista André Dal' Bó da Costa.

Título da dissertação: "Luta Social e a produção da cidade".

Data da defesa: 05/06/2013.

Comissão Julgadora:

Resultado:

Prof. Associado **João Marcos de Almeida Lopes (orientador)** aprovado
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo - IAU/USP)

Profa. Associada **Cibele Saliba Rizek**
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo - IAU/USP)

aprovado

Prof. Dr. **Gabriel de Santis Feltran**
(Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

aprovado

Presidente e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura
Urbanismo: Professor Titular **Renato Luiz Sobral Anelli**

Dedico este trabalho a incansável luta Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

Agradecimentos:

Ao Professor João Marcos pelo incentivo para que eu assumisse o risco da descrição vivida como método científico legítimo para construção do conhecimento intelectual.

À Professora Cibele Rizek pelo continuo despertar.

Aos amigos do Grupo Risco pela coragem.

Aos meus pais e irmão por transmitirem o sentimento e o apoio que me permitem este trabalho.

RESUMO:

DAL'BÓ, André. Luta social e a produção da cidade 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.

O trabalho apresentado debate sobre a luta social e a produção das cidades, a partir de três ocupações de vazios urbanos na Região Metropolitana de Campinas (RMC), por um movimento social de luta pela moradia, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Analisando a trajetória deste movimento, em torno do cotidiano dos conflitos gerados por estas ocupações, a dissertação pretende identificar os atores e as relações de poder envolvidas na produção desses espaços, apontando para as formas atuais de produção da cidade.

Palavras-chave: luta social; luta por moradia; produção do espaço urbano; movimento social; teoria do urbanismo.

ABSTRACT

DAL'BÓ, André. Social struggle and the city production 2013. Thesis (Master in Architecture and Urban Design). Architecture and Urbanism Institute, São Paulo University, São Carlos, 2011.

The debates the social struggle and the production of the cities analysed from three informal urban occupations, held in Campinas Metropolitan Region, by a Homeless Workers Movement – *Movimento dos Trabalhadores Sem Teto* (MTST). Analysing the movement trajectory around the everyday conflicts in these occupations, the dissertation aims to identify the actors and the power relations involved in the territorial production, pointing to the current production in the city.

Keywords: housing struggle; urban space; social movement.

Apresentação

O poder dos grandes proprietários de terra no Brasil se origina, sobretudo, de uma história de grilagens, das diversas formas de apropriação ilegal de terras devolutas, ou ainda de uma reiteração de privilégios históricos que se instituíram desde as capitanias hereditárias e que permanecem até os dias de hoje.

Apesar de a Constituição prever o direito ao acesso democrático a terra, no Brasil nunca houve reforma agrária ou urbana efetiva – o que quer dizer que grande parte da população brasileira nunca teve acesso justo e adequado a terra, seja para moradia digna, seja para cultivo -. prevalecendo a produção do espaço fundamentada no latifúndio e na concentração de propriedade nas mãos de uma pequena parcela da população.

Poder-se ia afirmar que, no atual contexto, a falta do acesso a terra é um dos principais entraves para um desenvolvimento urbano e rural mais equânime e justo.

Em uma abordagem jurídica, somente o Estado brasileiro poderia garantir este direito constitucional. Contudo, é a luta do povo organizado que pode pressionar o Estado para que ele cumpra sua obrigação, uma vez que seus domínios executivos, legislativos e jurídicos parecem inteiramente contaminados e funcionando predominantemente a favor da permanência dos interesses políticos e econômicos dos grandes proprietários de terra e capital.

A potente articulação entre mídia, governantes e tribunais de justiça – que conspira pela permanência dos poderes econômicos – é o claro exemplo de que vivemos em um tempo que remonta ao arcaico e que, atualmente, também se constrói como retrocesso, na medida em que reafirma o atraso que reputa aos excluídos, criminalizando e penalizando-os.

As recentes décadas de 1980 e 90 modificaram os fatores para a compreensão urbana brasileira, à medida que surgiram novos movimentos sociais em busca por direitos, constituindo-se como uma nova força e capacidade política em torno da produção das cidades. Ao mesmo tempo, esses movimentos sociais e seu protagonismo foram diminuídos pela constante expansão dos interesses

privados do capital vinculado à propriedade de terra e pelas gestões governamentais de emergência para redução de conflitos, tendendo ao esgotamento da ação política movimentista, e encolhendo as perspectivas de consolidação de uma ordem social e democrática de direitos.

No contexto das ambiguidades do tempo presente e da permanência dos processos que mantêm a maioria do povo deste país excluído dos mecanismos de acesso à terra adequada para viver ou produzir, este trabalho pretende analisar três ocupações de terra urbana, organizadas por um movimento social de luta por moradia, ocorridas recentemente na Região Metropolitana de Campinas, a partir das quais se lançara luz sobre as dimensões atuais do conflito de terra urbana, buscando a descrição e identificação dos diversos atores que produzem a cidade, bem como os discursos mobilizados em determinadas relações de poder.

INDICE:

1. INTRODUÇÃO: AS TRAJETÓRIAS DE LUTA SOCIAL E A PRODUÇÃO DAS CIDADES COMO MÉTODO	10
2. CENAS	19
2.1 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST).....	24
2.2 PRIMEIRO PLANO	27
2.2.1 <i>Frei Tito</i>	27
2.2.2 <i>Zumbi dos Palmares</i>	43
2.2.3 <i>Dandara</i>	55
2.3 SEGUNDO PLANO.....	58
2.3.1 <i>Os Movimentos de luta por moradia em Sumaré (SP) na década de 80</i>	59
2.3.2 <i>Mediação de Conflito, participação, cooptação e gestão das emergências. O Grupo de Trabalho (GT) para resolução do conflito fundiário da ocupação Zumbi dos palmares</i>	68
2.3.3 <i>Política Habitacional: O Plano Local de Habitação de Interesse Social de Sumaré</i>	74
2.3.3.2 <i>Vazios urbanos e dívidas ativas declaradas oficialmente</i>	77
3. QUESTÕES ANALÍTICAS	82
BIBLIOGRAFIA.....	87
ENTREVISTAS.....	90
GUILHERME SIMÕES, MILITANTE DO MTST COORDENADOR DO ZUMBI DOS PALMARES – JUNHO 2011	91
<i>Cesar Ramos – Ministério das Cidades, março 2011</i>	102
DOCUMENTOS:.....	108

1. Introdução: as trajetórias de luta social e a produção das cidades como método

Analisar as formas e processos de produção da cidade a partir da ocupação organizada por um movimento social de luta por moradia é o foco desta pesquisa. Para referência e ajuste de foco, ou posicionamento dos diversos focos e perspectivas observadas durante este percurso, tomei como contexto de reflexão alguns aspectos do convívio, ao longo de um período de oito anos, com diversas ocupações e conflitos urbanos resultantes das lutas de resistência popular por direitos mínimos de moradia.

Esta trajetória começou ainda durante a minha graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas, nos idos de 2005. Nessa época, tive meus primeiros contatos com movimentos sociais de luta por moradia, de cujas ações tomei parte, junto ao coletivo Grupo Risco ¹. Acompanhávamos, documentávamos e sobretudo participávamos na soma cotidiana das lutas por moradia no centro de São Paulo. Nesse período, convivemos principalmente com duas ocupações, a Plínio Ramos e a Prestes Maia, situadas nas ruas que lhes davam nome, na região da Luz, no centro da cidade².

Ambas as ocupações, assim como inúmeras outras existentes nos prédios ociosos do centro da cidade de São Paulo, organizadas por diferentes movimentos sociais em um mesmo período, tiveram um desfecho comum: pela força de ações de despejo, foram vítimas de desocupação forçada, operadas por força policial – com maior ou menor grau de violência, com ou sem o diálogo com o poder público, mas certamente sem nenhuma perspectiva de efetivação do direito a moradia. Uma atrás da outra, as ocupações foram sendo extintas, em função do processo de

¹ Grupo de estrutura horizontal e coletiva, formado em 2004 por então alunos da graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, baseou sua atuação em ações nas esferas da arquitetura e da arte política urbana, mantendo sempre algum tipo de simbiose com movimentos sociais de luta por moradia, a força motriz que alavancou os questionamentos e as ações do grupo.

² Sobre as ações dos movimentos de moradia na região central de São Paulo, e mesmo sobre a atuação do Grupo Risco neste período, ver a dissertação de mestrado de Diana Helene. *A guerra dos lugares nas ocupações de edifícios abandonados do centro de São Paulo*. São Paulo: mestrado FAU-USP, 2009.

revalorização de uma área central degradada, fato recorrente e presente na formação das cidades brasileiras.

O contato e a convivência durante o cotidiano das ocupações e dos movimentos sociais de luta por moradia permitiram a experiência e, principalmente, a descoberta do recurso da documentação videográfica deste dia a dia como uma estratégia metodológica que me permitiu compor algumas sucessões temporais dos registros, contrastar pontos de vista e sistematizar depoimentos, permitindo uma reflexão mais aprofundada sobre os eventos que compartilhei. Daí em diante, com a câmera ligada, filmei uma série de cenas e episódios cotidianos, criando registros videográficos que forneceriam um rico subsídio para a análise e a reflexão sobre o processo de produção das cidades. Este é, portanto, o ponto de partida da pesquisa: toma a experiência como ponto de origem, isto é, o registro do cotidiano de luta dos movimentos de moradia. É nessa atividade que o entendimento sobre o assunto toma perspectiva.

*

Em 2007, após o despejo da ocupação Prestes Maia³ – fato que marcou o derradeiro constrangimento dos movimentos de moradia no centro de São Paulo em função dos interesses do capital imobiliário – voltei minha atenção para as ações de luta por moradia em áreas periféricas nas regiões metropolitanas, onde sobre terrenos vazios e não centrais, a luta de base, naquele momento, apontava para um horizonte mais promissor, ou pelo menos possível.

As ocupações desse período, realizadas em terrenos vazios e periféricos de cidades metropolitanas, formavam-se a partir do afluxo de moradores de baixa renda, na maioria dos casos habitantes do próprio entorno, na busca por alternativas aos alugueis excessivos⁴. Essas pessoas, neste ato, trocavam a sua

³ O vídeo que relata as ocupações Plínio Ramos e Prestes Maia encontra-se como anexo desta pesquisa, e pode ser visto em <www.gruporisco.org>.

⁴ Considero ônus excessivo os casos em que os locatários despendem mais de 30% da renda domiciliar com o pagamento do aluguel. Essa definição também é utilizada pela Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios – PNAD do IBGE e pela Fundação João Pinheiro (FJP). Segundo a PNAD 2008, o ônus excessivo representava 48,7% dos casos de déficit habitacional urbano do estado de São Paulo.

antiga casa de aluguel por seus novos abrigos: barracos de bambu e lona, extremamente precários, iniciando uma luta diária e sem trégua, pela efetivação do direito a um pedaço da cidade.

Já nos primeiros dias da constituição de um acampamento, duas coisas do cotidiano chamavam minha atenção – e, por isso, se tornaram focos dos meus registros.

A primeira delas era a incrível capacidade de superação e adaptação dos moradores recém chegados, mesmo sujeitos às péssimas condições de abrigo a que eram submetidos. Sem medo de incorrer em romantismo, ficava evidente que havia ali, por parte destes novos moradores, uma intimidade preexistente com a sobrevivência em condições mínimas de habitabilidade, certamente por já terem experimentado as piores condições de vida existentes em uma região metropolitana. Sobrevivendo com muito pouco e sem estabilidade financeira, essa situação decorria também – e sobretudo – das condições estabelecidas pelo regime de trabalho informal e temporário, em que se enquadrava a maioria daqueles trabalhadores, agora integrantes daquela ocupação. Paradoxalmente, era esse compartilhamento da fragmentação e do esfarelamento das condições mínimas de sobrevivência na cidade que os obrigava, por outro lado, a partilhar o esforço de resistência que mantinha e tornava aquele espaço possível.

Em segundo lugar – e como uma espécie de compensação do primeiro fato, que parecia apontar para a manifestação de certa consciência política e até revolucionária, eu diria – aparecia estampada nos acampados a expressão da condição de inferioridade, de um cotidiano habituado à humilhação, marcado pela impossibilidade de dominar os processos que desenhariam seus próprios futuros. Assim, se a ocupação afirmava ou parecia afirmar o protagonismo e a ação política desses atores, por outro lado fazia-os submissos e obedientes, permeáveis à dominação estratégica e ideológica. De algum modo eles depositavam suas expectativas nas mãos de terceiros – nesse caso, alguns coordenadores do acampamento. Na cena, figurava uma massa de sobreviventes, íntimos de um cotidiano urbano de humilhações, situados à margem, e agora em conflito com o

Estado e demais manifestações de poder vinculadas à manutenção da propriedade da terra.

O que havia de interesse e promessa para a conquista da habitação e uma possível emancipação de consciência popular nesse cenário passava necessariamente pelo *espaço* como mediador da política. O espaço da ocupação, em constante formação e transformação, mediava a convivência e a auto-organização de seus moradores em suas necessidades e interesses coletivos mais simples e imediatos, e era nesse cenário que se dava a possibilidade de reconhecimento e despertar das pessoas envolvidas como um sujeito coletivo, noção que, segundo Eder Sader, refere-se a

uma coletividade onde se elabora uma identidade, e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas (SADER 1988: 55).

As ocupações urbanas em terrenos vazios ou ociosos como modo de produção da cidade, bem como a atuação de movimentos sociais como sujeito coletivo e de protagonismo político, não são novidades na história do país, muito menos nas pesquisas e análises acadêmicas sobre o tema. O Brasil, na segunda metade do século XX, presenciou acontecimentos semelhantes de forma recorrente. Por este motivo, destaco ainda um terceiro e principal foco, que dará rumo à trajetória analisada e motivará esta pesquisa. Este foco, que é múltiplo, concerne à descrição de outros atores além do movimento social e dos moradores da ocupação, os quais também influenciam e exercem seus poderes sobre a produção destes espaços. Além de identificá-los, buscarei seus limites, sobreposições, as zonas de indistinção e os distintos modos como exercem o poder, para além dos intervalos das categorias de análise, situados entre Estado, movimentos sociais de luta por moradia, sociedade civil e Capital. Nesse sentido, os eventos descritos ao longo do texto dão sentido à trajetória observada, apontando para singularidades e pontos de inflexão que fogem à simples análise macroestrutural e revelam maneiras atuais da produção das cidades.

Portanto, três contextos ou situações direcionaram o olhar interessado que apresentará a trajetória deste movimento social de luta por moradia: primeiro, a formação cotidiana de seu espaço de sobrevivência vivido por figuras habituadas a condições de vida humilhantes; segundo, as possibilidades da política mediada por este espaço; terceiro, o protagonismo dos atores que atuam sobre a produção daquele espaço, seus discursos e relações de poder.

*

Em uma definição macroestrutural da produção do espaço, podemos afirmar que a acumulação de capital, como apontou Harvey (1975), acontece em um contexto geográfico, criando “tipos específicos de estruturas geográficas”. O vazio urbano especulativo e as ocupações organizadas são identificáveis e situados no contexto de acumulação dinâmica e inevitavelmente expansível territorialmente, sendo necessariamente um constitutivo cotidiano do *espaço* e das cidades.

Que a produção das cidades deriva do modo de produção capitalista, em que o Estado funciona como braço da classe dominante e a polícia deve exercer o monopólio do uso da força quando necessário para assegurar a propriedade privada, na forma de mercadoria territorial de vazio urbano, e que os movimentos sociais estão justamente no centro deste conflito e, portanto, serão criminalizados, tendendo ao esgotamento de sua possibilidade política, já é sabido. O que não se sabe, e por isso mesmo interessa à presente pesquisa, são justamente os detalhes, os eventos, a sucessão de eventos em conjunto e os pontos de inflexão entre estes conflitos, possivelmente revelados se acompanhados no cotidiano, em busca de singularidades que reflitam traços da atual produção das cidades.

Vera Telles define a importância dos deslocamentos e a busca por pontos de inflexão para o estudo das atuais formas urbanas:

Pois, se o que importa é decifrar processos e práticas, então é também preciso dizer que estes só se deixam ver nos deslocamentos e pontos de inflexão que vão compondo as realidades urbanas, nas questões e novos

problemas que surgem – as “zonas de turbulência” que marcam os pontos de inflexão, abrindo-se a outras configurações a serem decifradas (Telles, 2005, p. 75).

Nesse sentido, chamo atenção e adianto algumas das singularidades relevantes que serão apresentadas ao longo do texto. O uso do argumento de *proteção ambiental* com a finalidade de legitimar o discurso da manutenção da propriedade privada, na disputa do solo urbano, como linguagem jurídica do Ministério Público, é a primeira delas. Outra, recorrente nos casos estudados, são os momentos de suspensão das reintegrações de posse, portanto da lei, motivados pela resistência física e estratégica dos militantes, singularidade que marca o momento de abertura para negociação do conflito através de rotinas extra oficiais dos governos.

A partir destas singularidades, fica evidente que a atual institucionalidade da democracia brasileira não é a mesma daquela vista na origem dos movimentos sociais da década de 1970 e 80. Hoje, ela se apresenta muito mais consolidada e complexa, com rotinas ampliadas, que se modificam e se reinventam cotidianamente.

É justamente a vivência do cotidiano que busca dar algum subsídio para a transposição do vazio teórico que reside entre a macroestrutura e a ordem espacial traduzida pelos eventos identificados.

O trabalho intelectual desta pesquisa visa a, em síntese, por meio da descrição e elucidação destes eventos, identificar os *atores*, seus *discursos*, suas *relações de poder*, de maneira cronológica e em contraste com outros eventos e ocupações.

Segundo define Habermas (1987a), pontua-se a diferença entre dois *discursos* que agem conjuntamente na produção simbólica da interação: o *discurso teórico* e o *discurso prático*. O *discurso teórico* constitui-se como aquele que permite questionar a verdade afirmada sobre os fatos, buscando elaborar, à base de argumentos mais convincentes e coerentes, uma nova teoria. Já o *discurso prático* constitui-se como aquele que permite questionar a adequação das normas sociais, buscando legitimá-las, no interior de um processo argumentativo.

Nesse sentido, os discursos existentes nas negociações em torno dos conflitos das ocupações estudadas inclinam-se, segundo a definição anterior, para um caráter *prático*. Será através desta prática de construção de legitimidade que poderemos encontrar, na composição do discurso, alguns elementos relevantes para o cenário atual da produção de cidades, como já exemplificado em relação ao argumento *ambiental*, entre outros que legitimam os discursos correntes nas relações de poder que produzem a cidade.

Há relações de *poder* presentes na formação dos espaços vinculados aos conflitos observados. O exercício do poder em si é visto nesta pesquisa como emprego e manifestação de uma relação de força. Michel Foucault (1975) define a relação de poder como uma relação assimétrica, desfazendo a ideia de que o poder seria um objeto preexistente em um soberano; é, sim, uma relação de força em transformação, que pode instituir a autoridade e a obediência.

As relações de poder são constitutivas das técnicas de controle e normalização empregadas pelos atores em conflito durante a produção das cidades.

*

Os treze eventos que serão destacados no capítulo 2, durante a descrição da cena da ocupação Zumbi dos Palmares, durante a formação daquele espaço, em comparação com os eventos que definem a trajetória das ocupações Frei Tito e Dandara, mostrarão como agiram os atores envolvidos na produção daquele espaço; quanto mais avançado o estágio do conflito, mais borrados se enunciavam os limites entre aqueles atores envolvidos.

Nesse sentido, o quadro estático de análise (Estado, sociedade civil, movimento social e capital) dá lugar a um quadro de trânsito, onde coexistem projetos políticos em choque.

*

No período entre 2008 e 2010, ocorreram as três ocupações que são os objetos principais desta pesquisa. Todas elas na Região Metropolitana de Campinas (RMC): a ocupação Frei Tito, em Campinas, no ano de 2008; Zumbi dos Palmares, em Sumaré, 2008; e Dandara, em Hortolândia, 2010. Todas foram organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Dessas ocupações, a única que permanece até o presente momento é a ocupação Zumbi dos Palmares. As demais foram despejadas, a partir de expeditos processos de reintegração de posse.

Sem necessariamente posicionar-me quanto à existência e concessão de alguma sobrevida a estas ocupações, porém compreendendo-as como ações carregadas de sentido político neste tempo presente, coloco-me a seguinte questão: por que uma das ocupações, a Zumbi dos Palmares, viria a se consolidar, e as demais, Frei Tito e Dandara, seriam despejadas? Além disso, o que há de comum ou relevante na trajetória destes personagens e no desenrolar destes conflitos, que aponte para o atual contexto de formação das cidades brasileiras?

Nessa trajetória – e em busca da máxima imersão nestes eventos –, um pouco por acaso e um pouco intencionalmente, coloquei-me na posição de alguns destes atores, atuando na prática, a partir destes posicionamentos. Explico melhor: por vezes – e na maior parte do tempo da trajetória relatada nesta pesquisa –, atuei como colaborador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), auxiliando na estratégia e na articulação inicial para realização das ocupações, ajudando na escolha dos terrenos vazios mais apropriados para a ação e até na organização cotidiana destes espaços. Minha atuação ampliava-se, então, alcançando minha participação nas manifestações, nas negociações e onde mais houvesse possibilidade de atuar como arquiteto e urbanista, para além da estrita militância movimentista. Em outros momentos atuei como membro do governo, como estagiário concursado na Secretaria de Planejamento Urbano de Campinas e como assessor técnico do Grupo de Trabalho instituído e coordenado pelo Ministério das Cidades para resolução do conflito fundiário da ocupação Zumbi dos Palmares. Por fim – e de forma pontual –, atuei também como integrante de uma consultoria privada para a formulação da Política Pública Habitacional, durante o

desenvolvimento do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de Sumaré, cidade onde está localizada a ocupação Zumbi dos Palmares.

*

Dito isso e tomando como ponto de partida para exposição da pesquisa a *descrição*, organizando cada uma destas ocupações em *cenas* distintas e em busca de possíveis relações, descrevo a seguir a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), na Região Metropolitana de Campinas, no período entre 2008 e 2012.

2. Cenas

As principais cenas que dão sustentação à trajetória descrita ocorreram na Região Metropolitana de Campinas e foram organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Foi por meio do movimento que vivi minha primeira aproximação das ocupações em grandes vazios urbanos, depois de experiências com ocupações de prédios vazios em áreas centrais na cidade de São Paulo. Em 2007, participei do planejamento da ocupação batizada de “Frei Tito”⁵, realizada em Campinas em abril de 2008. Daí em diante, passei a documentar e acompanhar os conflitos ocorridos em torno de ocupações organizadas na RMC.

Nesta época de primeiros contatos, eu atuava também como estagiário concursado da Secretaria de Planejamento Urbano de Campinas, o que me possibilitou uma visão privilegiada do cotidiano que se desenrolava em torno da questão fundiária campineira, além de permitir um primeiro jogo de perspectivas, protagonizado pelo embate entre Estado e movimento social organizado.

A ocupação Frei Tito (cena 1) teve existência breve e foi rapidamente despejada, com forte apoio da mídia local, que se incumbiu de criminalizar e desqualificar o movimento e os moradores, em clara articulação com as instâncias da administração municipal envolvidas.

Em uma estratégia deliberada de extrapolar os limites de Campinas, o movimento seguiria para o município de Sumaré, dando então mais um passo rumo à “periferia da periferia” de uma região metropolitana no interior do estado de São Paulo, rumo a terras menos valorizadas, na tentativa de atingir algum êxito, possibilitando a ação política almejada.

⁵ Os nomes de batismo das ocupações do MTST homenageiam símbolos da luta da resistência e de libertação popular. Tito de Alencar Lima, o Frei Tito, foi um frade católico brasileiro que militou contra a ditadura. Em 1968 foi preso durante o Congresso Nacional de Estudantes (UNE) em Ibiúna (SP). Em 1969, foi preso e torturado no Departamento de Ordem Política Social – DOPS. Em 1970, foi transferido para a Operação Bandeirante, onde sofreu uma série de torturas, relatadas por ele mesmo em carta de fevereiro de 1970. Exilado no convento de Saint Jacques, em Lyon na França, sofrendo distúrbios psiquiátricos, suicidou-se em 1974.

Em novembro 2008, o MTST realizaria a sua segunda ocupação na Região Metropolitana de Campinas – a ocupação Zumbi dos Palmares⁶ (cena 2), na periferia de Sumaré, que permanece ali instalada até hoje.

Por fim, em 2010, o mesmo movimento realizaria uma nova ocupação no município de Hortolândia, vizinho à cidade de Sumaré: a ocupação Dandara⁷ (cena 3), que viria a ser despejada dois meses depois.

A aproximação excessiva e a participação nos acontecimentos, por vezes como protagonista, me permitiram a imersão no cotidiano destes espaços em formação; por outro lado, também contaminaram minhas impressões sobre os eventos. Contudo, meu posicionamento, embrenhado em situações que me obrigaram a observar tais eventos sob outro ângulo, acabou contribuindo para uma visada a partir de perspectivas diferenciadas.

Ao longo da trajetória, buscando mais uma vez o jogo de perspectiva encontrado na ocasião da ocupação Frei Tito, eu viria a participar da equipe de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Sumaré (SP) (Cena 6). Nesta equipe, eu viria a atuar ao mesmo tempo como gerador do conflito, na figura do movimento social, e como leitor e interventor do conflito, na interface com o governo local. Por fim, e para aumentar os focos de análise e o tensionamento entre as instituições, eu acabaria ainda integrando o Grupo de Trabalho para resolução do conflito fundiário criado em função da ocupação Zumbi dos Palmares (cena 5).

Tal expediente permitiu um trânsito aberto em todas essas esferas de poder: um pouco por acaso e um pouco de propósito, este trânsito me colocaria em contato com os diversos campos de linguagem e discursos utilizados nas negociações, permitindo múltiplas perspectivas de leitura.

À medida que o trânsito entre as esferas se intensificava, a divisão entre as mesmas se embaraçava. O que quero dizer é que a clareza dos limites entre o Estado e o movimento social e demais atores se esfumava perceptivelmente. Na

⁶ Zumbi dos Palmares foi o último líder do Quilombo dos Palmares, situado onde atualmente se localiza o município de União dos Palmares em Alagoas. No final do século XVII, o quilombo, que tinha aproximadamente 30.000 habitantes, seria invadido e destruído pelo exército brasileiro.

⁷ Dandara foi companheira de Zumbi dos Palmares. Após a invasão do quilombo, foi presa e suicidou-se para não voltar à condição de escrava.

trajetória figurariam ainda representações do proprietário da terra, a linguagem da justiça como grande tema de decisão e, daí para frente, inúmeras variações de atores, de desempenho de papéis e de suas zonas de indistinção.

Nos dois mapas a seguir, apresento as três cidades que abrigaram as ocupações aqui estudadas: Campinas, Sumaré e Hortolândia, na Região Metropolitana de Campinas, onde se passaram todas as cenas descritas. Junto à estrutura viária, os limites municipais e as áreas com arruamento, apresento no segundo mapa a localização das ocupações estudadas e a ocorrência de outros assentamentos precários e informais.

*

Mapa 1: Mapa de Campinas, Sumaré e Hortolândia.

Fonte: Bases cartográficas das Prefeituras Municipais de Campinas (2008), Sumaré (2010), e Hortolândia (2011). Elaboração própria, 2012

Mapa 2: Assentamentos informais precários e localização das ocupações analisadas.

Fonte: Bases cartográficas das Prefeituras Municipais de Campinas (2008), Sumaré (2010), e Hortolândia (2011). Elaboração própria, 2012.

2.1 O Movimento dos trabalhadores Sem Teto (MTST)

A opção por acompanhar o MTST é proposital. Este parece ser um dos maiores movimentos urbanos de luta por moradia hoje estabelecidos no país. Sua origem é recente: nasceu no final da década de 1990, mais precisamente no ano de 1997, na esteira dos processos de instituição e esvaziamento de movimentos de luta por moradia.

Além de deter a juventude de seu tempo, seu posicionamento e escolha por situar-se fora de conselhos e demais estruturas governamentais de caráter participativo e deliberativo, tão comuns nas recentes políticas públicas nacionais, lhe garantem a não sujeição direta à influência da rotina governamental, renunciando desta forma uma rotina que se pretende desvinculada do contato direto com a rotina de negociação e gestão dos governos.

Partindo do *trabalho* como dimensão privilegiada para a realização da relação e da produção da cidade, o MTST se auto define da seguinte maneira:

Uma reunião de trabalhadores, operários, informais, subempregados e desempregados, que assim como milhões de brasileiros não tem acesso a moradia digna. Vivendo de aluguel, em áreas de risco ou em situação de precariedade urbana, se encontram situados sobretudo nas periferias urbanas do Brasil (MTST, 2012).

O início de suas atividades data de 1997, tendo o primeiro grupo de militantes derivado do Movimento Sem Terra (MST), reunidos inicialmente durante uma Marcha Popular Nacional, depois reunidos temporariamente para auxílio na organização da ocupação do Parque Oziel, em Campinas⁸.

A primeira ocupação promovida pelo MTST ocorreria no ano de 2001, em Guarulhos, batizada de Anita Garibaldi. De lá pra cá seriam realizadas pelo menos dez grandes ocupações em vazios urbanos nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas. Entre 2001 e 2012, o MTST realizaria as ocupações Anita

⁸ Entrevista com representantes do MTST realizada em fevereiro de 2001. Disponível em < http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/E1_MTST.pdf>, consultado em 10 jun. 2012.

Garibaldi, em Guarulhos, no ano de 2001, Chico Mendes, em Taboão da Serra, no ano de 2005, João Candido, em Itapecerica da Serra, no ano de 2007, Frei Tito, em Campinas, no ano de 2007, Silvério de Jesus, em Embu das Artes, em 2008, Zumbi dos Palmares, em Sumaré, Dandara, simultaneamente em Hortolândia e Santo André, em 2011, e os Novos Pinheirinhos, simultaneamente em Santo André e Embu das Artes, em 2012.

Segundo o *site* do próprio movimento o objetivo da ação política almejada busca

combater a máquina de produção de miséria nos centros urbanos, formar militantes e acumular forças no sentido de construir uma nova sociedade (MTST, 2012)⁹.

Nesse sentido a ocupação da terra e o trabalho de organização popular são as principais formas de ação do movimento.

Quando ocupamos um latifúndio urbano ocioso, provamos que não é natural nascer, viver e morrer pobre e oprimido. Não aceitamos a espoliação que muitos chamam de sina (MTST, 2012).

O movimento popular de luta por moradia e a existência das diversas ocupações organizadas no país são a prova de que nas cidades atuais não há espaço adequado para todos e de que as políticas públicas do setor continuam insuficientes ou inadequadas. Assim, permanece claro que o problema habitacional é obviamente uma questão pertinente e emergencial no debate sobre o urbano brasileiro.

Mais que isso, a ação de resistência aponta para os eventos e os momentos exatos em que agem, como agem e se rearticulam ou reinventam as interfaces do Estado em favor da manutenção do Direito à Propriedade. O conflito configura o momento de tensão oportuno para o entendimento das forças atuais que formam nossas cidades.

⁹ As citações sobre a definição do Movimento, seus princípios e objetivos foram retiradas do site < www.mtst.org>, consultado em 10 jun. 2012.

Desse modo, o MTST se insere no contexto dos movimentos sociais da última década, marcado pelo esvaziamento político das esferas de contestação e ação, em um período de governo que André Singer (2012) definiu como caracterizado por um “pacto conservador” seguido de uma “reforma gradual”, onde o ex-presidente Lula unificou as diversas correntes do Partido dos Trabalhadores e parte significativa da sociedade brasileira em função de um projeto reformista moderado de crescimento econômico, apoiado na lenta redução das desigualdades sociais

Na esteira das unificações em que prevalece a participação e a gestão de governo das emergências sobre o conflito, em que grande parte dos movimentos sociais se encontram de alguma forma representados nas instâncias participativas das gestões de governo, e distantes, ou adormecidos, das ações políticas contestatórias.

2.2 Primeiro plano

Como primeiro plano deste trabalho, delimitando um recorte temporal para descrição de uma trajetória, estão as três ocupações urbanas realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) em terrenos vazios na Região Metropolitana de Campinas, no período de 2008 a 2012.

2.2.1 Frei Tito

2.2.1.1 O ressurgimento de um movimento social em Campinas; a articulação; luta por direitos e reforma urbana, e a escolha do terreno

A ocupação Frei Tito começou a ser planejada em junho de 2007, quando se iniciava a construção de uma rede de apoios formada por sindicatos, associações de bairro, entidades estudantis, partidos políticos, mídia, pessoas independentes e demais forças favoráveis ao debate da Reforma Urbana por meio da promoção de uma ocupação urbana, que marcasse a retomada da ação política para o acesso a terra, adormecida desde a última ação semelhante, a ocupação Parque Oziel¹⁰, em Campinas.

É neste momento que me inseri na ação. Como representante do Grupo Risco, sobre o qual já comentei anteriormente, convidado pela coordenação do MTST, passei a prestar auxílio naquilo que se referisse a arquitetura e urbanismo, mais especificamente na leitura e entendimento da legislação urbana e no conhecimento e avaliação do território.

É importante citar que, no período em que acompanhei as ocupações do centro de São Paulo, algumas das pessoas que lá estavam passaram a fazer parte

¹⁰ O Parque Oziel, por sua vez, constitui-se como uma importante referência de espaço produzido em conflito, por meio da atuação do movimento social de luta pela Reforma Urbana. Originada em 1997, esta porção da cidade de Campinas, conforme destacou Ghilard (2012), constitui-se como relevante exemplo de espaço periférico contemporâneo, onde atualmente o Estado tem atuado para regularização e formalização da região. Ver a dissertação de mestrado de Flávio Ghilard. *O lugar dos pobres na cidade de Campinas-SP: questões a partir da urbanização da ocupação do Parque Oziel, Jardim Monte Cristo e Gleba B*. IAU USP, 2012 .

do MTST, sendo este portanto o elo de comunicação para que eu me incorporasse à ação que começava a nascer em Campinas.

Para o planejamento da ação, foi realizada uma minuciosa análise do Plano Diretor da cidade, do Estatuto da Cidade, das políticas habitacionais locais recentes e demais legislações incidentes sobre o território, a fim de auxiliar na formação, e por consequência potencializar o discurso de defesa e o poder de negociação do movimento.

Um exercício de quantificação e localização dos vazios urbanos da cidade foi um dos esforços realizados. Essas informações levariam ao argumento a partir do qual se iniciou o debate sobre o processo de produção da cidade de Campinas – que, por sua vez, nos levaria à escolha de terrenos propícios à ação.

A análise realizada, apresentada no mapa a seguir, apontou que sobre uma área municipal total de 795 km², dos quais 395 km² inseridos no perímetro urbano, havia uma área total de 100 km² formada por glebas e terrenos vazios não parcelados, ou seja, aproximadamente 25% do total do perímetro do município era de terrenos vazios e ociosos.

Mapa 3: Vazios urbanos de Campinas, 2007

Fonte: André Dal'Bó da Costa – Grupo Risco, 2007, elaborado sobre base cartográfica da Secretaria de Planejamento de Campinas.

O exercício de maior importância para o planejamento do processo de ocupação foi o levantamento de terrenos com dívida ativa no IPTU. Isso demonstrou a grande quantidade de glebas vazias em débito com o município, fato este que contribuiria para a coerência da ação e para a negociação de permanência da ocupação que passaria por processo de reintegração de posse durante o conflito.

Essas formas urbanas são características de Campinas e toda sua região metropolitana: configurações que apresentam espraiamento urbano acentuado, possibilitado, entre outros fatores, pelo intenso entroncamento de rodovias que funcionam como grandes avenidas urbanas, permitindo a existência de inúmeros vazios urbanos em áreas dotadas de infraestrutura.

A partir desta categoria urbanística – terrenos vazios com registro na dívida ativa do município –, foram selecionadas 15 áreas passíveis de ocupação. Esta seleção teve como critérios de escolha: a área do terreno, a proximidade a equipamentos urbanos e demais infraestruturas, a topografia, o acesso ao local, o valor venal e o valor de mercado.

Mapa 4: Terrenos estudados para a ocupação

Fonte: André Dal'Bó da Costa – Grupo Risco, 2007, elaborado sobre base cartográfica da Secretaria de Planejamento de Campinas, e sobre dados da dívida ativa de IPTU.

Desse estudo, foram selecionadas duas áreas como alvos finais da ação, delineando um “plano A” e um “plano B”. O terreno a ser ocupado efetivamente só seria decidido no dia da ocupação, poucas horas antes da ação.

A área posteriormente ocupada é um terreno de setenta e oito mil metros quadrados, situado em uma região dotada de infraestrutura urbana, com dívida de IPTU acumulada de aproximadamente R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

À zero hora do dia 29 de março de 2008, aproximadamente 200 pessoas, entre militantes e apoiadores, ocuparam o terreno. Imediatamente os barracos de lona e uma cozinha coletiva começaram a ser construídos. Ao amanhecer, outros ocupantes, que temiam o ato de entrada, rapidamente começaram a chegar, muitos trazendo material para construção de barracos.

A localização do terreno atraiu principalmente a população da região sul de Campinas, região do Jardim Fernanda, Campo Belo e entorno, todos bairros e regiões caracterizados por apresentarem os maiores índices de vulnerabilidade social do município. A maioria dos moradores dizia procurar alternativa às moradias atuais, onde moravam de favor ou então pagavam aluguéis excessivos.

Já no terceiro dia de ocupação, havia aproximadamente 2 mil pessoas em barracos de lona, madeira reaproveitada e bambu. Dai em diante a ocupação não pararia de se adensar, e antes de seu despejo, os 78 mil m² estariam quase totalmente preenchidos. Os recém-chegados ao acampamento eram cadastrados e informados em poucos minutos sobre os princípios do movimento e sobre a situação do terreno. Neste sentido, destaco a fala de uma das lideranças ao receber um novo casal de acampados:

Essa área aqui deve dez anos de IPTU, e é por isso que estamos aqui, a ideia qual é: É encher essa área de gente pra não sair mais. Cada um monta seu barraco de lona, cai pra dentro, vai pra reunião, vai pra luta, e garantimos desse jeito¹¹.

¹¹ Todas as falas citadas ao longo do texto estão registradas em arquivo de vídeo e serão citadas omitindo o nome dos pronunciadores.

Para organizar a ocupação, o movimento dividiu os participantes em grupos com diferentes funções. A partir do momento em que um novo morador entrasse no terreno, ele poderia assumir demandas organizacionais, mantendo-se em contínuo processo de formação política e participando ativamente na construção do acampamento.

A ocupação foi dividida em diversos grupos, estruturados em quadras. Cada quadra foi batizada com um nome pelos seus ocupantes, que logo passaram a se orientar por essa organização, ou seja, localizavam-se como provenientes desta ou daquela quadra. Cada quadra era integrada a uma cozinha coletiva com seus próprios coordenadores e pessoas responsáveis pela comida, vigilância e limpeza.

Não era permitida a demarcação de lotes. Assim, o que iria garantir a possível conquista da moradia seria a presença e a luta contínua destes novos moradores.

Como já mencionado na introdução deste texto, o principal motor de resistência destes primeiros dias, que possibilitava a existência daquele espaço, relacionava-se sobretudo à familiaridade dos acampados com a sobrevivência em péssimas condições de abrigo, bem como com alguma relação informal e precária de trabalho, em grande parte das vezes, pesado e braçal. Tais fatores tornavam muitos ocupantes aptos à construção rápida de seus abrigos improvisados. Neste sentido, destaco a fala de uma senhora de 65 anos, gravada em vídeo, enquanto ela mesma retocava uma das paredes de madeirite da sua nova casa:

Não roubo nada de ninguém, graças a Deus. Nós cata ferro velho na rua, eu cato com uma carroça nas costas, vendo papelão pra gente poder comprar feijão, e quebrar pedra pra poder fazer essas casas aí, esses prédio que eu faço, trabalho com uma marreta de 15 quilos, quase 20. Trabalho no buracão lá em baixo (*referindo-se ao local de despejo de entulhos da cidade, lixão de entulho próximo ao Jardim Itatinga*). Tô com 65 anos, tô sem aposentar ainda (*risos*).

Outros moradores, recém-acampados, ao longo dos primeiros dias,

relatavam recorrentemente a condição de moradia da qual fugiam, contando casos de relação com o domicílio de empréstimo, favor, cessão ou então casos em que arcavam com ônus excessivo de aluguel.

Recebo quinhentos e quarenta reais e pago duzentos reais do aluguel; só sobra pra comer. A gente quer ter nossa casa, porque hoje a gente tem a casa, amanhã o dono pode chegar e falar: É minha. Sai. Não tem mais casa.

2.2.1.2 A mídia local, a manifestação de massa, o acorrentamento na Prefeitura, o despejo

Durante os dezesseis dias de ocupação, foram realizadas duas grandes marchas do acampamento até a Prefeitura Municipal. Aproximadamente 700 pessoas percorreram os dez quilômetros que separavam a ocupação e a sede da Prefeitura.

Na última semana, como forma de protesto, a cada dia uma nova pessoa era acorrentada nas escadarias do Paço Municipal, até que a Prefeitura se colocasse à disposição. Pela primeira vez em muitos anos promoveu-se uma manifestação de tal porte em frente à Prefeitura de Campinas. Os manifestantes provenientes da ocupação tomaram o espaço em frente ao prédio da administração da cidade, um local que lhes deu ampla visibilidade e que os fez serem vistos por grande parte da população de Campinas, pautando a ocupação como um dos principais assuntos da cidade daqueles dias. Mesmo assim, o poder público relutou em receber o movimento para negociar uma área destinada aos ocupantes da Frei Tito, e muito menos se dispôs a discutir uma solução para o problema habitacional da cidade.

A posição final do governo baseou-se em não permitir a continuidade de uma ocupação deste porte na cidade, negando-se a entrar em qualquer tipo de acordo com o MTST. No entanto, abriu negociação para que o proprietário da gleba ocupada pagasse sua dívida, em condições vantajosas de parcelamento, incluindo o abatimento de parte do acumulado.

Apesar do direito à moradia ser um direito humano universal (*Declaração*

Universal dos Direitos Humanos, 1948 – art. 25); de a Constituição Brasileira apresentar a política urbana como necessidade do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade (1988, art. 182); e o Plano Diretor de Campinas (2006) explicitar, no art. 7º, que “a cidade cumpre sua função social quando proporciona condições adequadas de habitabilidade” e que uma das principais finalidades da intervenção do Poder Executivo Municipal na propriedade imóvel seja “promover o adequado aproveitamento dos imóveis não edificadas, subutilizados e não utilizados” (art. 10º); ainda assim, uma enorme gleba com dívidas de IPTU acumuladas ao longo de mais de dez anos, sem nenhuma edificação, sem nenhum uso, em contexto urbano dotado de todos os serviços de infraestrutura, e onde mais de 3.000 pessoas já estavam instaladas, é encaminhada à reintegração de posse com incrível rapidez.

Na sexta-feira, dia onze de abril, apenas duas semanas após o início do acampamento, a polícia estava presente para efetuar a ação de despejo. O paradoxo era evidente: o Estado usava sua força repressora para garantir o direito à propriedade de um especulador que, neste caso, devia mais impostos do que o próprio valor do terreno.

O aparato policial mobilizado para a operação de despejo teve proporções de um batalhão para a repressão de uma condição de guerra civil. Segundo dados fornecidos pela própria corporação no dia do acontecimento, a operação contou com o seguinte aparato:

Duzentos e vinte e seis policiais distribuídos em três pelotões de radio patrulhamento padrão, um pelotão de motorizados com dez viaturas mais onze motos, um agrupamento de policiais femininos, três pelotões de força tática, um agrupamento de cavalaria com dez cavalos.

Além da ação da polícia e da rápida execução judicial da reintegração de posse, também a imprensa teve um papel fundamental na construção de um

imaginário em torno da ocupação que contribuiu para justificar o despejo dos 3.000 ocupantes da Frei Tito. Desde o princípio, a imprensa designou o acampamento como o “Novo Oziel”, referindo-se à famosa ocupação campineira Parque Oziel, a maior ocupação urbana em extensão já realizada na cidade, a última ainda na década de 1990, tentando jogar a opinião pública contra a ocupação. Desse modo, ficava claro o papel da imprensa campineira, demonstrando estreita ligação com o poder fundiário na cidade.

Segundo Villaça (2001), além do controle do Estado (legislação, infraestrutura e acessibilidade), as classes dominantes fundam seu poder no espaço urbano por meio de mais dois mecanismos: o econômico e o cultural. O primeiro é dado pelo controle do mercado, fundamentalmente o controle do mercado imobiliário, que define a direção da expansão territorial por meio do capital. O outro é a produção ideológica da sociedade, ou mecanismo “cultural”, que consiste na produção e difusão de um “estilo de vida”, de uma versão da realidade social construída pela classe dominante com o objetivo de facilitar a dominação, ou criando representações que definem bons e maus usos da cidade. Por meio desses três mecanismos (político, econômico e cultural), as classes dominantes realizam o acúmulo da infraestrutura, acessibilidade, vantagens e recursos do espaço urbano. Para Villaça, a importância do território como campo de confronto consiste em uma disputa pela otimização dos gastos de tempo e energia, tornando a segregação e o controle do tempo de deslocamento em fatores decisivos nesse embate (Villaça, 2001, p. 335-345).

A mediação pela produção da ideologia facilita a manutenção da ordem, submetendo os corpos e possibilitando o uso da violência por meio de mecanismos não explícitos.

No caso de Campinas, o consenso é construído principalmente pelo jornal *Correio Popular*, que teve papel de destaque nos acontecimentos da ocupação Frei Tito. Desde o princípio da ocupação, a cobertura desse jornal forjou argumentos contra a ocupação, construindo uma argumentação na qual a impossibilidade de usar um argumento de peso que defendesse uma enorme propriedade permanecer

vazia foi lentamente deslizando para um discurso de desmoralização da ação dos ocupantes, acusando-os de “aproveitadores” e “criminosos”.

Em uma das vertentes dessa estratégia, o carro que um dos integrantes do Grupo Risco usou para se deslocar até a ocupação foi fotografado e publicado no jornal como prova de que os ocupantes “tinham dinheiro”. Uma pessoa precisou de ajuda de um vizinho taxista para levar seus pertences para o terreno, e o carro também foi fotografado, outra vez pretendendo comprovar que os ocupantes não eram tão miseráveis como pretendiam parecer:

Estacionar logo ao lado das estruturas de lona automóveis que, seminovos, superam os R\$ 20 mil, desembolsar R\$ 40,00 de frete para transportar três barracas ou chegar à invasão de táxi (*Correio Popular*, 2 abr. 08).

Outra insinuação que procurava deslegitimar moralmente a ocupação era a de que os ocupantes não eram mendigos nem sem-teto, que pagavam aluguel e que, portanto, não fazia sentido alegar que se tratava de uma luta por lugar para morar:

“Novo Oziel” do Jardim Petrópolis atrai até morador de aluguel – Invasor, cujo perfil é bem diferente do tradicional sem-teto, quer deixar de ser inquilino" (capa do *Correio Popular*, 2 abr. 08)

“Novo Oziel” tem legião de inquilinos – Pessoas que admitem ter onde morar integram grupo que invadiu área de 120 mil metros quadrados no Jardim Petrópolis (*Correio Popular Digital* 02/04/2008).

Com o passar do tempo, a mídia tornava-se mais ofensiva e passou a veicular que os moradores da ocupação estavam roubando a população do entorno:

Pequenos furtos alarmam vizinhos do Novo Oziel: Moradores do Jd. Petrópolis estão acuados com ameaças dos ocupantes da área, que vão atrás de água, comida, madeira (capa do *Correio Popular*, 4 abr. 08).

Até mesmo as passeatas de manifestação contra o despejo eram encaradas como manobras políticas:

Invasão revela interesse político. (*Correio Popular Digital*, 5 abr. 2008)
Invasão usa famílias para “fazer política” (*Correio Popular Digital*, 8 abr. 2008).

Na segunda semana, o trabalho da mídia campineira não tinha mais argumentos para manter o argumento de que 3.000 pessoas que se uniram em apenas poucos dias para morar em barracas de lona preta, sem luz e sem água, eram simplesmente “vagabundos” e “aproveitadores”; e o jornal *Correio Popular* chegou a inserir, em suas edições no período, informações extraídas do site de relacionamento Orkut, buscando maneiras de desmoralizar o movimento, acusando seus coordenadores de fazerem parte de “comunidades” virtuais de pessoas “vagabundas” e “desocupadas”. Percebe-se, assim, a que nível chegou o tendencioso emaranhado de informações e desinformações que se fizeram circular no período em que a ocupação se manteve.

A força midiática capaz de produzir opinião inculca todas as classes sociais, atingindo mesmo os próprios acampados: um deles relatou o medo que o assolava, no período que precedia as ocupações: “Eu nunca tive coragem, porque a gente vê na TV e fica com medo”.

Alguns moradores da vizinhança, em uma das conversas registradas, chegaram a prestar depoimentos inverossímeis sobre qual seria a atitude do movimento na eminência do despejo:

Nós pegamos uma informação que chegou um carro com armamentos e que vai atacar os policiais do umbigo para baixo e na cabeça. É chegou uma perua com armamentos, eles vão atirar da cintura pra baixo e na cabeça porque sabem que os policiais usam colete.

Todo o período de permanência no acampamento, do dia da entrada no terreno até o despejo, passando pelas passeatas de manifestação e o acampamento em frente à Prefeitura, foi registrado e arquivado em vídeo. Deste material, resultou também um documentário de vinte minutos, para uso imediato pelo movimento, em atividades de formação¹².

*

Os eventos relatados evidenciam a sequência temporal em que os atores, investidos de seus papéis institucionais e através de suas linguagens “judicial”, “midiática” e “executiva” atuaram neste conflito.

A ocupação Frei Tito, apesar de fracassada, marcou a retomada da ação de um movimento social com projeção pública no município, fato inexistente nos acontecimentos da época, pelo menos da década anterior na cidade de Campinas. Daí em diante, o movimento social iniciaria o planejamento de uma nova ação em alguma das cidades vizinhas, que oferecesse menor – ou pelo menos mais lenta – resistência da mídia e reação do poder público local. A pretensão era buscar estratégias alternativas que possibilitassem avançar a luta pela conquista do direito e acesso à moradia, em um contexto metropolitano particularmente marcado pelo conservadorismo político, instituído pela tradição patrimonialista brasileira.

¹² O vídeo pode ser assistido em <www.gruporisco.org>.

Figura 1: Quadros da cena 1 Frei Tito

Quadros 1 e 2: ocupação realizada na madrugada; 3: início da chegada de novos ocupantes pela manhã; 4: Chegada da polícia; 5: Conversa com nova ocupante, mulher de 65 anos que trabalha com triagem de material de construção reaproveitado no lixão de entulho; 6 e 8: diálogo entre policiais, proprietário e advogado do movimento social; 7: novo ocupante recém-ingresso.

Fonte: Acervo próprio, 2008.

Figura 2: Quadros da cena1 B – Frei Tito

Quadros 1 e 3: sob mandato de reintegração de posse, a ocupação marcha em direção à Prefeitura Municipal de Campinas (SP), grande manifestação pública; 2: em protesto, os novos moradores da ocupação Frei Tito montam acampamento nas calçadas da Prefeitura; 4, 5 e 6: grande efetivo policial é mobilizado para execução do despejo.
Fonte: Acervo próprio, 2008.

Figura 3: Assembleia – Frei Tito

Fonte: João Zinclair, 2007

2.2.2 Zumbi dos Palmares

Treze eventos, ocorridos em um período de quase quatro anos – entre 2008 e 2012 –, delimitam a trajetória da ocupação Zumbi dos Palmares e a história imediata da formação desta porção da cidade, na periferia de Sumaré. Por si sós, esses eventos demonstram fatos suficientes para elucidar a definição e as zonas de indistinção dos atores envolvidos, os diversos campos de discurso presentes e as diferentes linguagens utilizadas, permitindo assim um panorama geral da correlação de forças e poderes que atravessaram o conflito analisado.

As atividades de preparação que antecedem o ato da ocupação foram semelhantes àquelas empreendidas em Campinas para a ocupação Frei Tito, como relatado no capítulo anterior, constituídas basicamente de um estudo normativo e fundiário do município e a formação de uma rede de apoio político.

Posso descrever como *primeiro evento* aquele delimitado pelo estudo da questão fundiária local que envolveu a análise das leis territoriais municipais, o levantamento das ações vinculadas à política habitacional pública, seguidos pela identificação dos vazios urbanos e os terrenos com altos valores de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) inscritos na dívida ativa municipal. Esse período de estudo aconteceu paralelamente à articulação em rede de forças favoráveis à ação política. Da composição desta rede, constaram sindicatos, movimentos estudantis universitários e secundaristas, representantes do legislativo municipal, entre outros, cabendo destaque ao apoio político prestado pelo movimento que assumira a Fábrica Flaskô, ocupada e então gerida pelos seus operários desde 2003¹³, também localizada em Sumaré, e ao apoio do Movimento dos Sem Terra (MST), organização que deu origem ao MTST.

A Flasko se apresenta neste cenário com um eco dos movimentos de luta dos anos de 1980, quando as dimensões do trabalho e da classe trabalhadora foram pautas centrais das lutas por emancipação popular. Hoje, porém, não é possível afirmar que a mesma pauta esteja viva e tenha a mesma importância na

¹³ A Flaskô é uma fábrica produtora de recipientes plásticos situada em Sumaré (SP). É ocupada e autogerida pelos seus trabalhadores desde 2003, mesmo ano em que decretou falência. Atualmente, o movimento da fábrica ocupada luta pela aprovação do PLS 257/2012, Projeto de Lei que prevê a desapropriação da fábrica por interesse social, para sua estatização sob controle operário.

articulação das resistências populares, dadas as diversas formas de informalização e precarização do trabalho pelas quais passou o país nas últimas décadas. A diminuição da importância dos espaços fabris como lugar de organização da luta política é um fato presente.

Após este período quando ocorreram as atividades de preparação, a entrada no terreno aconteceria no dia 15 de novembro de 2008. A partir de então, sucederam-se pelo menos mais doze eventos relevantes para que se possa registrar a história desta ocupação e como ela determinou a produção desta porção de cidade.

O *segundo evento* corresponde ao ato da ocupação, seguido pelos primeiros dias de organização do local – o que chamamos de *acampamento*. É neste momento que a organização interna do espaço precisa ser muito bem definida: tem como referência um regimento interno, elaborado a partir de discussões entre os ocupantes, dispondo uma série de regras e posturas locais próprias, formuladas de maneira simples, para facilitar a sua assimilação e reprodução entre os acampados. O objetivo é que, com o passar dos dias e com o incremento populacional eminente, não se perca o controle sobre o espaço em formação.

No quinto dia de existência do acampamento, já ficava patente a situação de permanente ameaça, advinda de diversos setores, identificáveis ou não, cabendo destaque, dentre eles, àqueles formados pelos representantes do governo local e da mídia, bem como os jagunços motorizados e armados – que nos primeiros dias da ação tratavam de intimidar coordenadores e acampados, psicológica e fisicamente. Desse modo, fazia-se necessária a demonstração de força política do movimento. Para tanto, foi realizada uma primeira passeata até a Prefeitura Municipal de Sumaré – o que delimito como o *terceiro evento*: aproximadamente duas mil pessoas marcharam, percorrendo a distância de doze quilômetros que separam o local da ocupação do prédio da Prefeitura, exigindo a abertura de um canal de diálogo com o executivo local e a negociação de algum acordo para uma solução do problema de moradia daqueles acampados. Nesta mesma ocasião, os vereadores do município lançaram uma moção de apoio ao movimento social e aos acampados.

Outra passeata viria a ocorrer no dia 25 de novembro de 2008, quando aproximadamente 5 mil pessoas marcharam novamente pelo percurso de doze quilômetros até a Prefeitura de Sumaré, pedindo novamente abertura de negociação. Sem sucesso, os manifestantes decidem ocupar a praça situada nas imediações do edifício. Tal manifestação ocorre sobretudo em resposta ao mandado de reintegração de posse emitido pela 3ª Vara Cível de Sumaré, em favor do proprietário do terreno.

A reintegração de posse¹⁴, que constitui o *quarto evento*, é emitida sob o argumento do direito de propriedade. Temendo a repressão violenta da polícia, os acampados decidem não resistir à força policial e abandonam, pouco a pouco, seus barracos na ocupação. O despejo é “executado” estrategicamente sem resistência dos moradores.

Na data de 9 de dezembro, ocorreria o *quinto evento*, quando o desembargador Dimas Carneiro¹⁵, do Tribunal de Justiça de São Paulo concede efeito suspensivo ao recurso de agravo interposto¹⁶ por uma das coordenadoras do MTST. A decisão foi concedida sob o argumento de que a empresa proprietária do terreno não detinha comprovação de posse do local.

Os conflitos, disputas de significados e certa celeuma entre os conceitos jurídicos de “posse”, “propriedade” e “função social da propriedade” permitiriam a suspensão da liminar de reintegração de posse. Tal evento é inédito na trajetória deste movimento Social, tratando-se do registro de um primeiro ato favorável ao movimento no conflito pela posse ou propriedade da terra. Na grande maioria dos casos, pelo menos em todas as outras ações do MTST, a reintegração de posse, em favor do direito de propriedade sempre prevaleceu em detrimento da premissa de uso social da propriedade ou posse.

O *sexto evento* ocorreria dois dias depois de a reintegração de posse ter sido executada. Os acampados retomaram o terreno, animados pela euforia proporcionada pela vitória de uma batalha judicial. A ocupação era, pela primeira

¹⁴ Ação civil nº 2973/08 – 3ª Vara Cível da Comarca de Sumaré.

¹⁵ Antônio Dimas Cruz Carneiro é o 352º desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo – TJ/SP.

¹⁶ Agravo de Instrumento nº 7313532-5.

vez, um espaço instituído com o respaldo da justiça formal. A partir daí a ocupação se massificaria, recebendo muitos novos moradores, adensando-se mais a cada dia.

Para tal consolidação e expansão espacial, a coordenação do movimento, com nosso apoio técnico, realizaria um desenho de ocupação urbana para o terreno em processo de reocupação.

O controle através do desenho do espaço marca o *sétimo evento*. O projeto sobre aquele terreno, assimilando parte da legislação urbana, define uma forma híbrida de produção da cidade, constituindo um espaço que se situa entre o informal e o formal.

O projeto deveria assegurar a não ocupação das áreas de preservação ambiental, permitir um desenho que garantisse espaços de uso coletivo, além dos espaços privados. Pretendia também garantir alguns padrões de largura das vias, para que a área pudesse, futuramente, receber as infraestruturas urbanas de redes de água, de coleta de esgoto, de drenagem pluvial, além de pavimentação, rede de energia, iluminação pública e equipamentos públicos.

Mapa 5: Desenho do loteamento para expansão da ocupação Zumbi dos Palmares

LEGENDA:

Área envoltória de proteção da nascente

Leito do rio e área de preservação permanente – APP

Área ocupada atualmente. É igual à primeira área ocupada.

*As vias brancas deveriam ser abertas na primeira expansão planejada, as amarelas na segunda, assim como os lotes brancos e vermelhos indicam a primeira expansão, e os lotes brancos a segunda expansão.

Fonte: MTST, 2008

O oitavo evento ocorreria em 5 de julho de 2009, quando o Ministério Público do Estado de São Paulo – MPSP, por meio da Câmara de Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo, viria a emitir uma Ação Civil Pública (ACP), ordenando “o imediato desfazimento do núcleo habitacional” e a “expedição do mandado de desocupação dos réus que se encontram na área”, no prazo máximo de 15 dias.

Como argumentos para tal intervenção, o Ministério Público manifesta que, apesar “dos louváveis escrúpulos dos movimentos sociais que lutam pelo direito à moradia”, os invasores formam “um núcleo urbano irregular, violando os padrões sanitários, ambientais e urbanísticos previstos em nosso ordenamento jurídico”, promovendo “o parcelamento de solo sem aprovação e licença outorgada pelo município ou qualquer outro órgão licenciador”, e “muitos lotes encontram-se alocados em área de preservação ambiental”. A ação cita ainda a falta de infraestrutura e serviços mínimos no local como agravantes da situação.

Pode-se presumir que o MPSP supostamente atuaria pelo impedimento de novas ocupações desordenadas e informais, em benefício da boa ordem urbana. Entretanto – e contraditoriamente – não age com a mesma prontidão, determinando a reparação de situações semelhantes de falta de infraestrutura e serviços em parcelamentos de origens irregulares no restante do município, desde aquelas promovidas por empresas loteadoras ou até mesmo em outras ocupações informais e espontâneas instaladas em áreas de preservação ambiental.

Não foi possível identificar nenhum registro de outra Ação Civil Pública de mesmo teor dirigida a outras áreas com características semelhantes e abundantemente dispostas no município¹⁷. Não é preciso ir longe: na própria imagem apresentada anteriormente (mapa 5) é possível identificar, nas bordas sul e norte, ocupações espontâneas sobre área de preservação ambiental. Mais que isso, manchas de ocupação instaladas exatamente sobre o perímetro de proteção da nascente.

¹⁷ Segundo o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Sumaré, em 2010 existiam 5.529 domicílios originados por invasão de áreas públicas, isso representa aproximadamente 10% de todos os domicílios da cidade. Se considerarmos loteamentos irregulares e outros tipos de irregularidade de infraestrutura ou jurídica, localizados em terrenos privados ou devolutos, a informalidade na cidade passa de 50%. (Fonte: Prefeitura Municipal de Sumaré. *Plano local de habitação de interesse social*. 2010.)

Por fim, mais importante ainda é ressaltar que não existiu em momento algum, no Zumbi dos Palmares, ocupação em área de APP: o MPSP apenas se valeu de tal argumento ambiental pela legitimidade que este representaria no hipotético bom ordenamento da cidade, segundo o qual os recursos naturais, dentre eles a água, devem ser preservados.

Nesse caso, apesar de apoiar-se sobre o argumento da necessidade de proteção ambiental, é possível afirmar que o MPSP agiu sobretudo *contra* a ocupação organizada, *contra* a ação política de um movimento social que apresenta real ameaça ao jogo de poderes que delimita a produção da cidade de Sumaré. Isso porque nenhum outro domicílio, situado na mesma situação no município, é alvo de ACP¹⁸.

Fora o questionamento da pertinência e do uso de argumentos equivalentes para todo o território municipal, é preciso ressaltar que o MPSP surge nesse conflito que envolve a produção urbana como um novo ator –por sinal, de grande relevância. Com a Ação Civil Públicamentencionada, o MPSP situa-se em campo paralelo e adstrito; dirige-se ao governo municipal, ao movimento social e aos proprietários do terreno tratando-os todos como responsáveis pelo problema; e ordena à justiça a desocupação do local a partir de uma posição privilegiada.

O *nono evento* se deu quando, sob nova ameaça de despejo, derivada da ACP, o movimento social realiza uma nova manifestação: desta vez seria promovida a ocupação do térreo do prédio em que residia o ex-presidente Lula, no município de São Bernardo do Campo (SP). No ato, o movimento exigiu a intervenção do executivo federal na questão, realizando para isso um acorrentamento coletivo e lançando uma carta ao presidente.

Representamos 1.400 famílias da Comunidade Zumbi dos Palmares, em Sumaré, que estão com o despejo marcado para daqui a poucas semanas, sem que o poder público ofereça qualquer alternativa. Já estivemos ao longo destes anos inúmeras vezes na Caixa Econômica Federal e no Ministério das Cidades, além de Governos Estaduais e Prefeituras. Nada

¹⁸ Segundo o PLHIS do município, tabela 31, p. 99, em 2010, existiam 2.433 domicílios em área de Preservação Permanente APP, necessitando remoção. Apesar disso o MP age deliberadamente sobre a questão “ambiental” em apenas um ponto da cidade, justamente o ponto onde existe uma ocupação organizada por movimento social.

se resolveu. O que temos recebido de mais concreto são despejos. Por isso, hoje estamos aqui, acorrentados, num pedido ao Presidente Lula para que resolva essa situação, para que nos ajude a evitar os despejos e conseguir nossas casas”. (Carta do MTST ao presidente Lula, 8 jul. 2009)

Em resposta à manifestação ocorrida, o Ministério das Cidades interveio, recebendo representantes do MTST em Brasília, e, por meio de uma concessão extraordinária, abriu o Grupo de Trabalho encarregado de buscar uma “resolução do conflito fundiário Zumbi dos Palmares”. É esse o *décimo evento*. No dia 17/07/2009, como medida emergencial, o Ministério das Cidades, com a participação da secretaria Geral da Presidência, realizou reunião com o Promotor de Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo de Sumaré, sustando provisoriamente a execução do mandato de reintegração de posse, para a busca de alternativas de solução do conflito.

As demais atividades vinculadas ao Grupo de Trabalho (GT) serão o assunto de um capítulo específico desta pesquisa, pretendendo demonstrar com maior exatidão os momentos de negociação em que foram definidos os rumos da produção desta porção de cidade.

Constituído por representantes do executivo municipal de Sumaré, da secretaria responsável, do gabinete do Prefeito, do movimento social, do Ministério Público, do proprietário, além de outros órgãos públicos – como a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) –, esse grupo manteve reuniões ordinárias e extraordinárias durante o período de quase um ano, a partir das quais se daria uma suposta solução ao problema da ocupação através da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no qual Prefeitura, proprietário e movimento social entrariam em acordo sobre o desfecho da ocupação. A assinatura do TAC delimita o *décimo primeiro evento*.

No momento da negociação, a ocupação contava com 735 famílias. Dentre as medidas firmadas no TAC, destaco, em primeiro lugar, como a maior exigência de todos os órgãos públicos, a manutenção imediata de apenas 250 famílias no local, ocupando apenas 70 mil m², área equivalente à ocupação antes da primeira

reintegração de posse, além da remoção imediata das demais 485 famílias. Essa medida demonstra que, apesar da suspensão da reintegração de posse, “deu-se um jeito” de despejar a maior parte da ocupação. Em segundo lugar, O TAC estabeleceu permissão para que a concessionária de energia instalasse a iluminação pública e a distribuição de energia elétrica no local. Em terceiro lugar, ficava acordado um aluguel mensal no valor de R\$ 5.000,00, pago pela prefeitura ao proprietário do terreno; e, por fim, ficava firmada a condição de que todas as 735 famílias seriam atendidas pelo programa Minha Casa Minha Vida até o mês de fevereiro de 2012.

O *décimo segundo* evento é delimitado ironicamente pelo não cumprimento do TAC.

Em fevereiro de 2012, nenhuma obra habitacional voltada para o atendimento dos moradores da ocupação Zumbi dos Palmares havia sido iniciada, situação que persiste até o momento de conclusão desta pesquisa. A suposta construtora responsável pela obra e a Prefeitura também não haviam assinado contrato para construção das unidades supostamente viabilizadas pelo programa Minha Casa Minha Vida¹⁹.

Em agosto de 2011, o descumprimento do acordo já era percebido e esperado pelo movimento social. Esse seria o principal motivo que levaria o movimento à realização da ocupação Dandara, no Jardim Minda, em Hortolândia, localizada em um terreno a dois quilômetros de distância da ocupação Zumbi dos Palmares. A ocupação se destinava, sobretudo, a acampar as quase 500 famílias removidas espontaneamente do terreno de Sumaré. A ocupação seria realizada no dia 13 de agosto de 2011 e despejada em 24 de outubro do mesmo ano.

Finalmente, em 11 de abril de 2012, uma construtora assinaria o contrato para início das obras das unidades destinadas às 735 famílias da ocupação Zumbi dos Palmares, marcando assim o *décimo terceiro* e último evento da história da produção desta porção da cidade de Sumaré, que deve deixar de existir como espaço físico, assim que a referida obra for concluída. Caso contrário, continuará como um foco de conflito urbano com destino incerto.

¹⁹ Em janeiro de 2013, a obra agora iniciada, continua inconclusa. Em 27 de fevereiro de 2013, momentos antes da impressão desta dissertação, o MTST realizava nova manifestação em frente a prefeitura de Sumaré em decorrência de uma nova ameaça de despejo.

Figura 4: Ocupação Zumbi dos Palmares em construção.

Panorâmica da praça central da ocupação em janeiro de 2009. **Fonte:** Acervo próprio.

p

Figura 5: Quadros da cena nº2 Ocupação Zumbi dos Palmares.

Quadros: (de cima para baixo) Assembleia geral, passeata de cinco mil pessoas em 25 nov. 2008, e crianças do acampamento. **Fonte:** Acervo próprio.

Figura 6: Foto aérea da ocupação durante sua primeira expansão.

Fonte: Polícia Militar, 2009

Figura 7: Quadros da cena nº 2, ocupação Zumbi dos Palmares.

Quadros: acima, a ocupação em janeiro de 2009. Abaixo, a ocupação em junho de 2011, com rede de distribuição de energia e iluminação pública. **Fonte:** Acervo próprio.

2.2.3 Dandara

Conforme mencionado anteriormente, em decorrência do não cumprimento do TAC, o MTST realizaria uma nova ocupação na cidade de Hortolândia, em 13 de agosto de 2011. A ocupação Dandara pretendia acomodar as quase 500 famílias removidas da ocupação Zumbi dos Palmares e não atendidas pelos acordos firmados junto aos governos local, estadual e federal.

Dandara seria despejada em 24 de outubro de 2011: a ocupação teve pouco mais de dois meses de vida. No entanto, em sua curta duração, foi possível estudar e aprofundar um novo arranjo de métodos e estratégias de ação, compondo os possíveis papéis de todos os atores envolvidos no conflito.

Nesta cena, a primeira mudança visível de postura foi identificada no próprio movimento social, que afasta para um segundo plano o discurso e o argumento fundados na legislação territorial, que vinham precedendo todas as ações até então. Se nem mesmo os acordos firmados entre as três esferas de governo seriam cumpridos, não adiantaria, ou seria uma armadilha insistir na legitimação das ações e reivindicações a partir da linguagem jurídica operada pelo executivo do governo, pelo judiciário, pelos legisladores e pelos proprietários de terra.

Dessa forma, a análise de possibilidades, fundada no levantamento de terrenos endividados, o estudo aprofundado das leis urbanas locais, a apropriação do discurso legalista e o profundo conhecimento do Plano Diretor local dão lugar a uma nova estratégia de ação: a busca, na região, por um terreno gravado por alguma confusão cartorial, em outras palavras: buscou-se por pedaços de terra sem dono, ou com evidências de grilagem ou ainda alguma sobreposição de escrituras. Tal configuração de solo poderia proporcionar um novo arranjo para ação.

A nova ocupação teria então uma disposição espacial *tentacular*, a fim de atingir áreas de diversos proprietários, ou mesmo sem proprietários, implicando um processo de reintegração de posse mais complexo e, portanto, moroso, em que a transferência do acampamento de um terreno a outro contíguo, em função dos

mandatos de despejo já esperados, seria uma possível solução e nova estratégia de ocupação.

O terreno ideal foi encontrado, mas a tática não funcionou. Mais que isso, o combate ao movimento por parte do governo local intensificou-se e ganhou dimensões que extrapolaram ações tópicas.

Ao ocupar o terreno escolhido para ser o primeiro do plano delineado, a própria Prefeitura apresentou uma postura de gestão das emergências ainda não presenciada nas duas ocupações anteriores: por meio de sua Secretaria de Habitação, a administração pública municipal comunicou imediatamente e orientou os proprietários dos terrenos vizinhos para que entrassem com pedido de Interdito Proibitório²⁰.

Além do uso do Interdito Proibitório pelos proprietários – ou supostos proprietários das terras –, a Prefeitura também se utilizou do instrumento jurídico para solicitar a interdição proibitória de qualquer manifestação do MTST nas dependências de sua sede ou instâncias, espaços públicos da cidade e imediações da Prefeitura Municipal de Hortolândia. O direito à manifestação foi suspenso, acarretando em um processo de despejo bastante expedito, animado pela violenta repressão policial de uma manifestação promovida pelo MTST, ocorrida em frente a prefeitura de Hortolândia na data de 24 de setembro de 2011.

O modo como o instrumento citado foi aplicado apresenta uma nova modalidade de seu uso, em relação ao episódio da ocupação Frei Tito. Em Campinas, na data de 7 de abril de 2008, o MTST realizou um acampamento na calçada e escadarias do Paço Municipal, como forma de manifestação objetivando a abertura de diálogo junto ao executivo local. Apesar de a manifestação não ter surtido o efeito desejado por parte do movimento social, tendo a Prefeitura negado a abertura de diálogo com os manifestantes, não houve naquela ocasião sua remoção forçada pela força policial.

²⁰ Segundo o artigo 932º do Código de processo civil-CPC, o Interdito proibitório é uma ação judicial que visa a repelir algum tipo de ameaça a posse.

Em Campinas, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou o pedido de reintegração de posse²¹ das calçadas da prefeitura, enquanto em Hortolândia, o mesmo Tribunal de Justiça concedeu a reintegração de posse, apoiada no interdito proibitório.

Esses eventos demonstram a tendência de criminalização jurídica até mesmo da *existência* dos movimentos sociais, por meio de rotinas que se renovam e se diversificam, demonstrando um avanço conservador rumo ao impedimento total das manifestações políticas de tais grupos sociais.

²¹ Apelação Cível nº0019524-54.2008.8.26.0114 -13ª Câmara – Seção de Direito Público e Acórdão assinado em 19/09/2012. Registro 2012.0000542466.

2.3 Segundo plano

Como segundo plano, reúno três acontecimentos que permitem, pela variação de escala, a adição e o debate de novos elementos à trajetória que vem sendo descrita. A partir da mudança de perspectiva, e mesmo o deslocamento temporal, o olhar para a questão ganha novos elementos e complexidade.

A leitura de um vídeo arquivo sobre a ação dos movimentos de moradia na cidade de Sumaré realizada pelo Laboratório de Habitação da PUC Campinas na década de 80, a realização de um Grupo de Trabalho (GT) para resolução do conflito fundiário da ocupação Zumbi dos Palmares, e o processo de elaboração do Plano Local de Habitação de Sumaré (PLHIS), se revelam como importantes referências no entendimento da trajetória destas ocupações urbanas.

2.3.1 Os Movimentos de luta por moradia em Sumaré (SP) na década de 80

Buscando referências pretéritas para identificar permanências e mudanças no movimento social e nos conflitos de terra urbana, as cenas já analisadas serão contrastadas com uma situação passada: a ação dos movimentos sociais na década de 1980 em Sumaré (SP).

Em Sumaré, o movimento organizado de luta por moradia viveu suas primeiras expressões na segunda metade da década de 1980, data das primeiras manifestações coletivas em busca de habitação na cidade. Em 1986, surgiu o Movimento dos Sem Casa de Sumaré, em Nova Veneza, apoiado pela Comunidade Eclesial de Base (CEB) da Igreja Católica.

A ação deste movimento se deu inicialmente pela organização coletiva e tentativa de conscientização política da população que não encontrava meios para ter estabilidade em uma casa. Com o posterior cadastramento de famílias em diversos bairros, pelos quesitos de renda, ônus excessivo de aluguel e tamanho das famílias, o movimento buscou a Prefeitura para a viabilização de uma solução.

Na ocasião, como relata morador em arquivo levantado²², solicitou-se à Prefeitura a disponibilização de loteamentos, sem que isso compromettesse mais de 30% da renda familiar.

Após diversas reivindicações, manifestações sem resultado e sem sucesso no diálogo, o movimento decidiria por ocupar uma área vazia da cidade, com assessoria do Laboratório de Habitação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, que em julho de 1987 tinha começado a assessorar o movimento.

No dia 27 de setembro de 1987, foram ocupadas duas áreas no município. A primeira no bairro Nova Veneza, mais especificamente na região do seminário dos Capuchinhos, e a outra, na divisa dos muros de uma indústria no bairro Bom Retiro, em terreno da Indústria Cobrasma.

²² Arquivo videográfico sobre movimentos de moradia na cidade de Sumaré do Laboratório de Habitação da PUCC.

Em Nova Veneza, o movimento conseguiu a posse pelo direito real de uso. No Bom Retiro, seis meses depois da ocupação, 80% dos barracos haviam se tornado casas de alvenaria.

Assim como as ocupações relatadas, grande parte da habitação hoje presente na cidade de Sumaré teve produção semelhante²³, só que na maioria das vezes por demanda não organizada, que viria a ocupar, gradual e lentamente, sobretudo as áreas públicas de loteamentos ou áreas ambientalmente frágeis.

Nessas ações, o movimento em questão estaria se colocando em conflito com o paradoxo da democracia local, em que não havia representação direta nem possibilidade de diálogo com os mandatários do poder, muito menos a promoção do acesso à moradia adequada, justamente em tempos de grande crescimento demográfico nas metrópoles brasileiras.

Marilena Chauí, prefaciando Eder Sader em “Quando novos personagens entraram em cena”, descreve como um

paradoxo presente na política contemporânea aos anos 80, o sucesso das democracias modernas baseadas na apatia política dos cidadãos, que legitimam em sua passividade, as decisões concernentes à existência social no seu todo tomadas por técnicos e políticos profissionais (Sader, 1988, p. 9).

Nesse sentido, demonstra-se a necessidade de exclusão dos cidadãos da vida política, para que esta, dirigida por técnicos competentes, seguisse a trilha da racionalidade e da justiça. Contrária a tal situação de apatia, a ação política popular, como é o caso de um movimento de luta por moradia, traria conflitos e perigos as democracias vigentes.

Em referência às organizações políticas populares dos anos 80, Sader afirma:

²³ Segundo o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Sumaré de 2010, existem hoje 5.529 domicílios originados por invasão de áreas públicas. Isso representa aproximadamente 10% de todos os domicílios da cidade. Se considerarmos loteamentos irregulares e outros tipos de irregularidade de infraestrutura ou jurídica, a informalidade na cidade passa de 50%.

A organização é vista como nova porque relaciona os sujeitos sem que teorias prévias os houvessem constituído ou designado, e por se tratar de um sujeito coletivo e descentralizado, portanto, despojado de subjetividade. O novo sujeito é social; são os movimentos sociais populares em cujo interior indivíduos, antes dispersos, passam a definir-se e reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas. E é novo ainda porque é um sujeito que embora coletivo, não se apresenta como portador da universalidade definida a partir de uma organização determinada que operaria como centro, vetor e telos das ações sócio políticas, e para a qual não haveria propriamente sujeitos, mas objetos ou engrenagens da máquina organizadora. (Sader, 1988, p. 10)

Sendo novo, este personagem toma como referência para sua origem outros quadros existentes, dentre eles a Igreja, o sindicato e as esquerdas partidárias, mesmo que todos eles já fossem vistos pelo autor como “centros em crise”, o que quer dizer que todos já passavam por reformulação e já esboçavam algum esgotamento ou falência.

No caso que ilustra o presente trabalho, a cidade de Sumaré, pode-se observar exatamente a representação de tais centros em crise como componentes da luta dos anos de 1980.

Figura 8: Centros de referência do movimento social nos anos de 1980

Quadros de um vídeo de 1986. Fonte: Acervo do Laboratório de Habitação da PUC.

Legenda: Na sequência: Liderança popular moradora da ocupação, vereador do PT de Campinas, líder sindical, e padre católico da CEB.

Para Sader, o movimento social é um novo personagem, pois possibilita a experiência política. Afirma o autor:

Essa experiência baseia-se em uma conjunção tríplice: Um novo sujeito (coletivo), lugares políticos novos (a experiência do cotidiano) numa prática nova (a criação de direitos, a partir da consciência de interesses e vontades próprias). (Sader, 1988, p. 11)

A fala de um dos moradores levantada no arquivo videográfico aponta para este horizonte:

Nós aqui estamos no município de Sumaré, é um município com problema grave e diante dessa situação de calamidade, dos aluguéis altíssimos, situação mesmo de fome do povo, o movimento organizou

desde outubro de 87, e vem tentando negociar junto à prefeitura a possibilidade que se liberasse um terreno para que o pessoal pudesse construir a sua moradia. É simplesmente a única saída para o pessoal foi fazer a ocupação, que agora a gente está vendo. Estamos aqui desde 13 de maio, quando se comemora a falada libertação dos escravos, é como se numa tentativa de fuga dos negros irem pros quilombos, o pessoal então veio pra esta área, localizada aqui no parque Bandeirantes desde o dia 13 de maio até hoje. Faz um mês e a Prefeitura continua irredutível, sem fornecer nem água, e já são 100 famílias vivendo permanentemente, já com suas mudanças, em situação precária, e o pessoal apesar de tudo isso continua firme, e já sabem que esta terra tem que ser deles pois não têm realmente pra onde ir, e têm consciência de que ter uma casa pra morar é um direito elementar.

Outro morador relata a experiência de uma nova relação política mediada pelo movimento e pelo espaço autoproduzido:

Eu nunca imaginei eu fazendo uma coisa dessas, é uma experiência que só a gente vivendo a gente pode contar pra alguém. Você aprende a estar com seu vizinho, a ver o que esta acontecendo o que, o que não falta. É totalmente diferente de viver no quintalzinho murado, com os olhos vendados. Aqui a gente vê, aqui no acampamento como somos uns amigos dos outros, que podemos contar com os outros, a experiência pra mim foi grande, muito grande mesmo.

Para Sader, as experiências de pequenas lutas são a experiência que os excluídos adquirem de sua presença no campo social e político, de interesses e vontades, de direitos e práticas que vão formando uma história, pois seu conjunto lhes dá “a dignidade de um acontecimento histórico”. As ambiguidades, contradições e dificuldades que Sader apresenta no cotidiano destes movimentos permanecem ainda hoje praticamente imutadas.

Uma grande dificuldade para a existência destes movimentos é a tendência de rotina e paralisia sob peso das dificuldades materiais para manter o movimento vivo após uma derrota ou depois de uma vitória, em contraposição à tendência à preservação de lideranças populares na figura dos que lutam para manter a criatividade e memória do movimento.

No caso de um movimento de luta por moradia, a tendência à paralisia após uma vitória é ainda maior, já que a conquista de uma casa é entendida pela maior parte dos acampados como vitória que justifica o fim da luta.

O entendimento do acesso a casa, como situação isolada, pode ser configurar uma falsa problemática, seja para a programação política do movimento social, seja para a construção de políticas públicas. Sobre isso, em 1975, Gabriel Bolaffi apresentou o artigo denominado “Habitação e Urbanismo: O Problema e o falso problema”²⁴. Nele, o autor define o falso problema da habitação popular como política pública, mas serve também para o entendimento do imaginário popular.

Segundo a ideia desenvolvida, tudo indica que o problema da habitação popular, formulado havia mais de dez anos (BNH, 1964) e até então (1975) não resolvido e consideravelmente agravado, apesar de fartos recursos que foram destinados para a sua solução, não passou de um artifício formulado para enfrentar um problema político conjuntural de uma recessão econômica. E os fatos demonstram, a partir de 1967, quando a conjuntura econômica se inverte, que as preocupações com as condições habitacionais das camadas populares foram paulatinamente esquecidas.

Ainda hoje, guardadas as devidas proporções, pode-se dizer que o principal programa habitacional do governo federal, o Minha Casa Minha Vida, onde estão alocados a maior parte dos recursos públicos para essa finalidade, tem a mesma razão fundadora: conter a crise econômica, tirando da recessão a construção civil nacional.

Pelo modo como a construção civil é organizada no país, é possível afirmar que seus efeitos multiplicadores são altos no que diz respeito à geração de empregos, especialmente para a mão de obra pouco qualificada.

Ainda sobre a casa própria, é importante mencionar seu papel no imaginário popular, tal como atinge os acampados do movimento social em questão. Segundo Bolaffi (1975), podemos dizer que a habitação tem um papel objetivo e um subjetivo.

²⁴ Habitação e Urbanismo: O problema e o falso problema, p.37 in A produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial. Org. Erminia Maricato.

Subjetivamente, a aquisição de uma casa própria se constitui na principal evidência de sucesso e de conquista de uma posição social mais elevada, e objetivamente, a casa própria não só melhora as possibilidades de acesso ao crediário, como libera o orçamento familiar mensal do aluguel. Em uma família cujo orçamento frequentemente contém despesas maiores do que as receitas, a flexibilidade maior adquirida pela eliminação do aluguel acaba por assumir qualidades mágicas.

Tal definição, pertinente aos anos de 1970 e 80, continua válida até hoje, já que o acesso a casa formal ainda é exceção para a grande maioria das famílias de 0 a 3 salários mínimos.

Segundo Sader, as novas formas de organização nos permitem falar de uma nova configuração de classe, ou seja, um outro tipo de representação das condições de classe.

Pode-se afirmar que, em comparação com a sua atuação nos anos de 1970, o movimento social encontra hoje, como visto nas cenas iniciais deste texto, um campo bastante distinto daquele. Apesar disso, as práticas de luta são as mesmas, em linhas gerais. A fala de uma das moradoras da ocupação, registrada no arquivo videográfico, descreve a sequência de atos e práticas do movimento:

Nossa luta começou em 87, desde lá tentamos uma negociação com a Prefeitura, mas nunca conseguimos. Sempre que íamos lá encontrávamos só o Dr. Antônio Sanguine, sempre eles marcavam uma data bem pra frente, e eles nunca estavam lá. Foi quando a gente chegou numa conclusão: estávamos quase todos sendo despejados por falta de pagamento de aluguel. Foi quando chegamos a uma conclusão, nós fomos para praça, primeiro fizemos uma passeata, depois acampamos. No dia 29 fizemos a passeata e logo em seguida nós acampamos. A ideia era forçar uma negociação. Pensávamos que íamos conseguir, mas mais uma vez eles nos enrolaram, nos disseram que se saíssemos da praça eles resolveriam. Na audiência ele falou que eles não têm verba.

*

Definir o que existe após a mudança de temporalidade para os movimentos sociais não é, nem poderia ser o objetivo deste capítulo. Ainda assim, é possível destacar, além das permanências de atuação prática do movimento, algumas mudanças pontuais. Dentre elas: a mudança nos centros de referência; as novas formas de criminalização dos movimentos por força midiática; as novas formas de repressão pela força de polícia do estado com novos usos para velhos instrumentos jurídicos; as novas formas de repressão jurídica apoiada pelo Ministério Público; a rapidez dos despejos amparados em questões ambientais para uma suposta cidade suposta cidade sustentável; a modificação do lugar da religião na luta; a ascensão do crime organizado como elemento da luta e centro de referência; e o uso da internet e intensificação do uso dos registros audiovisuais como elemento de produção de uma linguagem própria do movimento social.

Figura 9: Moradores das ocupações de Sumaré nos anos de 1980.

Quadros de vídeo de 1986. Fonte: Acervo do Laboratório de Habitação da PUC.

2.3.2 Mediação de Conflito, participação, cooptação e gestão das emergências. O Grupo de Trabalho (GT) para resolução do conflito fundiário da ocupação Zumbi dos palmares

O Grupo de Trabalho para resolução do conflito fundiário Zumbi dos Palmares ocorreu em 2009 e teve como objetivo negociar o encaminhamento de uma possível solução não violenta para a ocupação em questão. Esta série de reuniões representou o dialogo direto, em uma mesa de reunião, dos principais atores envolvidos no conflito, aqueles que produzem a cidade de hoje.

Neste Grupo de Trabalho, estavam representados: o movimento social MTST, o executivo do poder público local, por meio da Secretaria de Planejamento e Habitação, o Ministério das Cidades, a Secretaria Estadual de Habitação, por meio da CDHU, o Ministério Público, a Secretaria do Patrimônio da União e outros órgãos públicos vinculados à situação.

O Grupo foi aberto após a ameaça de despejo motivada pela Ação Civil Pública realizada pelo Ministério Público, que utilizou como justificativa o dano ambiental causado pela ocupação e o parcelamento do solo clandestino. Diante desta ameaça, o movimento ocupou o térreo do edifício onde reside o ex-presidente Lula, em São Bernardo do Campo, exigindo a abertura imediata de negociação e a intervenção do governo federal.

A negociação, concluída em aproximadamente seis meses, terminou com um acordo formalizado em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Este documento previa a construção de unidades habitacionais para todos os moradores da atual ocupação, em dois novos terrenos, pelo programa Minha Casa Minha Vida, além da permanência de parte destes moradores no local mediante a redução da área ocupada em 70%. Para permanência da ocupação, a Prefeitura realizaria o pagamento de aluguel da terra ocupada para o proprietário. O termo mais importante do acordo previa a conclusão das novas unidades em fevereiro de 2012²⁵ – o que não foi cumprido.

²⁵ Até o mês de fevereiro de 2013 as unidades não estavam concluídas.

A análise deste evento é rica para a pesquisa, sobretudo por indicar precisamente o momento em que algumas decisões foram tomadas, e quais falas, dos diferentes atores, justificaram o argumento para cada tomada de decisão.

A seguir, destaco trechos de falas das reuniões, também registradas em material de áudio na íntegra, mas sem autorização formal do GT para o uso. Por isso, os nomes dos participantes serão omitidos.

*

Em 11 de abril de 2009 ocorreu a reunião onde seria debatido e assinado um “Termo de Compromisso e Protocolo de Intenções” por todas as partes envolvidas no GT, documento do qual se originaria o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Um representante da prefeitura local explica sobre uma foto aérea da Polícia Militar como seria a proposta inicial de permanência de parte dos moradores em área provisória:

Consideramos 60 m² por família, considerando nessa soma os acessos e a circulação. Aqui temos a gleba toda, e aqui temos a área inicialmente ocupada. São 60 m² por lote, deixamos um acesso de 5 m de circulação.

Nesta situação, em lotes de 60 m², seria formada a área de permanência provisória para 250 famílias. As demais 485 teriam que deixar o terreno para que a negociação continuasse.

Esse é o perímetro que definimos, é sobre isso que estamos negociando a locação da área provisória com o proprietário da terra, isso já está avançado, sendo discutido com a procuradoria, pois precisa de um processo licitatório.

A reunião se encerrou com a assinatura de um termo de compromisso provisório. O MTST mobilizou a remoção voluntária das 485 famílias, e uma nova reunião só viria a ocorrer em 22 de julho de 2009, quando por pressão do MTST, o

Ministério das Cidades decide convocar nova reunião, em que a minuta do TAC deveria ser assinada.

Um dos representantes do Ministério das Cidades iniciou a reunião notificando que

já garantimos para o município de Sumaré junto à Caixa Econômica Federal a produção de 6.000 unidades para a demanda de até 3 salários mínimos. Estaremos iniciando a fase de contratação.

Um representante do MTST pede a palavra e, já munido da minuta que seria utilizada para o TAC, manifesta:

Em primeiro lugar precisamos rever o numero de unidades destinadas ao MTST, aqui são 700, e pelo próprio cadastro feito pelas assistentes sociais da prefeitura são 735. Outra coisa é o prazo, a gente precisa discutir algumas coisas para afinar isso, quero dizer, algumas coisas pré-combinadas na reunião passada. Uma delas é a vinda do Ministro para uma cerimônia pública de assinatura simbólica que facilitaria a saída das famílias que ainda não deixaram o terreno. Outra coisa é a infraestrutura na área provisória, precisamos acertar a condição da água, da coleta de lixo, da energia e etc.

Um representante do MTST pede a palavra, e indaga sobre a localização dos empreendimentos que serão destinados às famílias:

Aqui nesta minuta não está indicado o terreno ou os terrenos onde ocorrerão as obras que serão destinadas a demanda do movimento. Precisa colocar a matricula dos terrenos, já que estão sendo iniciadas as contratações. Outro compromisso firmado na ultima reunião é que nós discutiríamos o projeto destes edificios, e o Movimento poderia opinar sobre o mesmo.

O representante da prefeitura interrompe a fala:

Dentro da CEF há um modelo-padrão de unidade e vamos seguir esse modelo.

O representante do Ministério abre uma planta sobre a mesa e toma a fala:

É o seguinte, alvenaria estrutural, quatro apartamentos por andar, o padrão do padrão. Sobre o lugar do terreno são várias as alternativas.

Um representante do MTST toma a palavra.

Estamos nos comprometendo a sair parcialmente do terreno, para isso é preciso no mínimo que vocês nos indiquem então algumas matrículas de terrenos que estão sendo negociados, nós precisamos de alguma garantia.

O representante da Prefeitura interrompe a fala:

Não, não! Bom, a indicação do projeto se indica, agora se quiser definir o lugar que eu quero morar, o bairro que eu quero morar, aí não dá.

Com o clima do debate esquentando, alguns representantes do poder local se levantam e começam a sair da sala.

*

Não interessa detalhar ainda mais o diálogo ocorrido na ocasião. Os trechos destacados permitem representar parte das ideias em torno da decisão de acordo daquele conflito. Neste sentido, é possível afirmar que as definições do conflito decorrem de ajustes locais, podendo ser também definidos em função de argumentos mais bem colocados por cada uma das partes conflitantes, apesar da possível variação dos conteúdos no acordo firmado, em decorrência de uma maior ou menor habilidade em argumentar. Mais importante que isso é o fato evidente de que o governo, em todas as suas esferas, costuma não cumprir seus próprios acordos.

Se o cumprimento das leis e a atuação do Estado está sujeita ao que convier no arranjo de poderes locais, o mesmo logicamente se aplicaria com o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), cujos prazos não foram cumpridos.

Dentre os atos que deveriam ser cumpridos segundo acordo firmado, destaco, em primeiro lugar, o compromisso do Ministério das Cidades em destinar, através do programa Minha Casa Minha Vida, até 6.000 mil unidades habitacionais para a faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos para atender a demanda municipal, além da demanda da ocupação Zumbi dos Palmares, desde que a Prefeitura apresentasse os projetos necessários para financiamento e liberação de recurso, em conjunto com a iniciativa privada. O Ministério se comprometeu ainda a promover unidades para as rendas de 4 a 10 salários mínimos, demanda que nada tinha a ver com a origem da negociação.

Em segundo lugar, destaco o compromisso assumido pela prefeitura em alugar a área remanescente da ocupação de 18.000 m², pelo período de 24 meses, até que as obras fossem iniciadas. A ironia da situação é evidente: a Prefeitura estaria promovendo um espaço precário, alugando o terreno de seu suposto proprietário que nem mesmo conseguiu comprovar a posse do terreno junto à justiça (ver “quinto evento”).

É possível dizer que tal situação ilustra um arranjo novo para a produção informal da cidade, pois se trata de um assentamento precário originado por uma ocupação organizada de um movimento social de luta por moradia agora localizado em um terreno alugado pela Prefeitura.

Em terceiro lugar, destaco o compromisso assumido pelo proprietário em solicitar a suspensão da Ação de Reintegração de Posse. Por fim, destaco o compromisso imposto e assumido pelo MTST de não fazer nenhuma nova ocupação no município de Sumaré.

*

A negociação e os encaminhamentos apresentados no GT constituem-se como o momento mais rico de informações colhidas durante esta pesquisa, e permitem demonstrar o quanto a produção da cidade, sobretudo a informal, está

estritamente ligada ao arranjo de poderes locais – inclusive o Estado. Como já destacado, deste conflito derivou um espaço que se queria provisório, mas que a cada dia parece mais ser permanente, em função do atraso da obra e do descumprimento dos acordos firmados, já tendo inclusive recebido alguns itens de infraestrutura e serviços básicos. Além de informal e provisório, este espaço passaria, após a fase de negociação, a ser alugado, sendo portanto um *assentamento precário, originado de uma ocupação organizada por um movimento de luta por moradia, situado em um terreno alugado e que pretende estabelecer-se provisoriamente, mas que tende a consolidar-se como cidade.*

Fora a configuração única deste espaço citada no parágrafo anterior, destaco ainda o caráter de gestão emergencial do conflito urbano por parte do Estado, por meio de todas as suas representações vinculadas à negociação do GT.

A intervenção do Estado em uma situação de conflito desta natureza caracteriza-se como um regime de exceção, não fazendo parte de nenhuma atividade, programa ou ação contínua articulada à política pública urbana, sendo somente acionada quando uma resistência específica, no caso a do movimento social de luta por moradia, é apresentada.

*

A seguir, reproduzo na íntegra um dos trechos da entrevista realizada com representante do Ministério das Cidades e coordenador do GT, César Ramos, que explicitam a condição atual do ministério frente à gestão das emergências urbanas:

André Dal'Bó da Costa - Existem outros casos emblemáticos como esse do Zumbi? Grandes manifestações que geram Grupos de Trabalho, pareceres jurídicos favoráveis a ocupação e Termos de Ajustamento de Conduta?

César Ramos - Existe muita variedade, o Ministério das Cidades não tem sedes regionais e estaduais, então é mais ou menos afastado da realidade do dia a dia urbano das metrópoles, mas sempre chega lá e cada vez mais, lá, quando o movimento não consegue diálogo com município e estado, chega lá. Às vezes a gente intervém, e desde dois anos atrás com

o Conselho das Cidades, que é uma comissão criada pra discutir, gerar estruturas de atendimento, mas de fato ainda estamos engatinhando. Exemplo a ouvidoria do MDA, tem 10 anos de vida, ouvidores estaduais, e lá a gente não dispõe disso, é muito pontual.

A - E outros casos de conflito, outras cidades?

C - Há casos muito graves como o de Goiânia a dois, três anos atrás, onde houve a reintegração violenta, com mortos e desaparecidos. Quando a União chegou já tinha sido o processo, e não deu tempo de intervir, abrir negociação. Mas ao mesmo tempo tem casos como Sumaré, um caso bastante emblemático. Abriu-se a negociação apesar da resistência de todos os lados.

A - Mas e além de Goiânia, você conhece 10, 20, 50? Quantos casos semelhantes mais ou menos?

C - Só na ocupação do MTST semana passada²⁶ eles listaram 40 casos, mais ou menos, de conflitos bastante críticos. E fora esses tem outros mais, e vários esqueletos antigos não resolvidos, vários conjuntos do Programa de Arrendamento Residencial por exemplo que foram ocupados ou tomados pelo tráfico, além de novos casos derivados do impulsionamento da construção de novas unidades, a Copa, as Olimpíadas etc. O que requer que essa política de contenção de conflitos tome novas proporções, e serão impulsionadas, é só ver os incidentes recentes de Giral. Em várias cidades, em vários graus de ebulição. É necessária a política de contenção de conflitos.

2.3.3 Política Habitacional: O Plano Local de Habitação de Interesse Social de Sumaré

O capítulo que segue apresenta mais uma perspectiva da problemática da luta social e da produção da cidade. Abordaremos uma das linguagens oficiais do Estado: o discurso oficial do executivo do governo municipal durante a preparação de uma política pública de habitação.

²⁶ Ele se refere à ocupação que o MTST fez no Ministério das Cidades, onde foi apresentado um documento alertando o governo para diversos casos de ocupação organizada com possibilidade de despejo violento em todo o país.

Nossa abordagem se dará por meio da leitura do processo de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), do qual fiz parte. O plano em questão é uma exigência do Ministério das Cidades, órgão do Governo Federal, aos municípios brasileiros, para que estes acessem verbas específicas do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), permitindo a contratação de convênios que possibilitem uma ação sistemática com a dimensão de uma política pública. O PLHIS de Sumaré é realizado com verba federal e auxílio de uma consultoria privada contratada pelo poder público local por meio de processo licitatório.

Trabalhei em algumas das etapas de elaboração do PLHIS, na função de arquiteto e urbanista, pelo período de três meses. Tal experiência pôde proporcionar à presente pesquisa, mais uma vez, uma nova e preciosa tomada de perspectiva para contraposição das duas experiências anteriores, a militância na luta de base e a participação no Grupo de Trabalho do Ministério das Cidades, instância máxima de diálogo no conflito, mediado pelo Governo Federal.

O desenvolvimento do trabalho realizado, estritamente um projeto de planejamento urbano contemporâneo no Brasil, iniciou-se com uma avaliação histórica e generalista sobre a formação urbana da cidade. Nesse ponto, é preciso ressaltar que a característica dominante da ocupação territorial de Sumaré (assim como Campinas e Hortolândia) é a fragmentação e o espraiamento. No município, a evolução do tecido urbano seguiu os eixos principais de locomoção (principalmente a rodovia Anhanguera) permeados por extensos vazios. Esses vazios, também funcionalmente especulativos, formam a base argumentativa de ação dos movimentos de luta apresentados nesta pesquisa.

Tal formação espacial explica-se na história local pela corrida de abertura de novos loteamentos – a maioria para baixa renda – a partir da década de 1970, à medida que se intensificava o processo de industrialização e o fluxo migratório induzido e forçado pelas promessas de oportunidade de emprego e moradia, somadas à expansão do agronegócio nas zonas rurais de onde vinham os novos moradores das cidades. Sobretudo um processo desenvolvido à margem de qualquer planejamento ou controle de expansão urbana, primordialmente

informal e recorrente em todas as regiões metropolitanas que se industrializaram nesse período.

A crescente demanda por lotes a baixo custo deslocou o foco das iniciativas imobiliárias, originando a implantação de loteamentos periféricos, como forma de crescimento da cidade extremamente lucrativa para os especuladores, já que fez se elevarem extraordinariamente os preços das glebas afastadas do centro. Delimita-se assim a periferização e a segregação sócio-espacial como característica da ocupação do município de Sumaré.

Hoje, fora a população pobre residente nas periferias – sem direito à cidade – o município tem ainda, segundo o diagnóstico do PLHIS, 5.833 domicílios localizados em assentamentos de grande precariedade, totalizando aproximadamente 30 mil habitantes. Destes, a maioria absoluta, ou 92% dos domicílios, encontra-se em favelas ou pequenos núcleos de ocupação. O restante está localizado em loteamentos clandestinos (ver Mapa 2).

A divisão de renda da população no município reforça tal formação territorial. No ano 2000, segundo o Censo do IBGE, 48,6% da população tinha renda familiar de até três salários mínimos. O que quer dizer que o cidadão com renda familiar abaixo de três salários mínimos, que na maior parte das vezes não consegue acessar o mercado formal de habitação, está necessariamente sujeito ao acesso informal. Como as políticas públicas são inadequadas, ou praticamente inexistentes na história do município, pode-se dizer que pelo menos 48,6% da população de Sumaré está ou esteve sujeita a um processo informal de produção urbana.

2.3.3.1 A produção habitacional pública no município de Sumaré

Como já dito, sabe-se que, além da impossibilidade de acesso ao mercado de habitação por grande parte da população, a produção da política habitacional brasileira em toda sua história foi insuficiente, sendo este também um dos motivos para a existência dos movimentos de luta por moradia.

O dimensionamento deste déficit, em escala municipal, é o principal objetivo do PLHIS, que o coloca como uma potente ferramenta a serviço do esclarecimento das formações urbanas das cidades brasileiras.

Se definirmos hipoteticamente que a demanda por política habitacional é proporcional à camada da população com renda inferior a três salários mínimos, ou seja, a renda que permite acesso ao mercado formal, teremos em Sumaré a necessidade do atendimento de aproximadamente 48% da população, como demonstraram os dados do IBGE anteriormente apresentados.

Na cidade de Sumaré foram atendidas, no entanto, até hoje somente 1.840 com algum tipo de auxílio do poder público, em suas diferentes esferas de poder, enquanto a demanda hipotética anteriormente sugerida seria de 28.000, ou 48% da população, o que comprova, genericamente nesse caso, que em uma perspectiva de Estado provedor do bem-estar social há insuficiência histórica da política pública habitacional.

2.3.3.2 Vazios urbanos e dívidas ativas declaradas oficialmente

Este tópico a princípio, parece ser um ponto de aproximação entre o argumento do movimento social e a leitura do poder público sobre o território. Em 2010, o planejamento urbano tornou pública a situação das terras ilegais dos pobres e também as dívidas ativas presentes dos proprietários de terras do município, junto ao IPTU. O plano em questão revelou que, no ano de 2010, 5.650 imóveis privados tinham dívida tributária junto ao município. Desses, 122 correspondiam a terrenos com dívida acima de 50% do seu valor venal, totalizando 183 mil m². No momento do levantamento, existiam ainda 12,3 mil m² de terras públicas disponíveis.²⁷

²⁷ Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS de Sumaré (SP). Prefeitura Municipal de Sumaré, 2010.

2.3.3.3 Retrocessos e fundamentalismo participacionista²⁸

Se por um lado a realização do PLHIS apresenta alguma possibilidade de melhoria ou enunciação de uma perspectiva para o desenvolvimento de uma política pública habitacional adequada, pelo reconhecimento e apresentação de questões do território até então ocultas, é preciso dizer também que o mesmo processo redundava também em retrocessos.

Chamo atenção inicialmente para o caráter participativo do Plano. O *participacionismo*, além de uma tendência existente em muitas das políticas públicas em atual desenvolvimento no país, é no caso do PLHIS e outras políticas habitacionais de Estado uma exigência colocada pelo Ministério e fiscalizada pela Caixa Econômica Federal, para realização do planejamento urbano dos municípios.

Para que exista tal *participacionismo*, o município deve criar um Conselho local, de caráter consultivo e deliberativo que opera sobre os fundos vinculados à execução da política pública de habitação de interesse social. Esse conselho contaria com a hipotética participação democrática de representantes do poder público local, de entes da sociedade civil organizada e de representantes do movimento popular.

Fica claro no caso de Sumaré que o Conselho é para o executivo local, antes de mais nada, uma estrutura de controle e cooptação dos atores envolvidos em possíveis conflitos urbanos indesejáveis. Sobre o assunto, Cibele Rizek, ao debater o Orçamento Participativo (OP) de São Paulo, mostra que esse dispositivo participativo da gestão pública se distancia do seu argumento democrático, na medida em que coopta e domestica as forças não desejáveis para ocultar situações miseráveis de vivência à qual se sujeita parte da população das cidades,

apesar das esperanças que foram depositadas nos mecanismos de participação, talvez seja possível pensar essa inovação como parte de um manto nebuloso de normalidade que encobre condições miseráveis de vida e acaba por indeterminar a política e sua reinvenção para as

²⁸ Sobre o *fundamentalismo participacionista*, ver o debate colocado por Lopes, Kapp e Baltazar (2010) sobre a prescrição da participação em políticas habitacionais, em “Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres”. Artigo apresentado no SILACC 03 EESC USP 2010.

parcelas que aparecem como supérfluas, descartáveis e condenáveis ao isolamento e a desolação provenientes de seu encapsulamento. A pergunta que se pode então formular sobre as formas e dispositivos de participação dessas novas invenções e experimentos diz respeito à tensão permanente entre uma participação/ação que conquista e inventa novos lugares e sua institucionalização, normalização e esvaziamento, entre uma hierarquia negada pelo desarranjo dos lugares predeterminados, que, ao se instituir, ganha e produz suas próprias justificativas e se naturaliza. (Rizek, 2010, p. 132)

Em Sumaré, ironicamente, no mesmo momento em que a cidade estava presenciando a grande manifestação pública de um movimento social de luta por moradia, a efervescência de uma ação política vista na ocupação Zumbi dos Palmares, que entre outras repercussões criou um fórum temporário para amplo debate do conflito, o Grupo de Trabalho (GT) já mencionado, ocorre também a formação de um Conselho local de habitação, que se pretende participativo, mas já em sua fundação ignorou tais eventos. Naquela ocasião, o Conselho do município em formação não deu espaço para a representação do MTST, nem mesmo de outras organizações representativas da cidade, reunindo-se silenciosamente, ou apenas formalmente, sobretudo para legitimar os atos antevistos pelo executivo local.

A consultoria contratada, em uma clara situação de empresariamento das funções públicas, colaborava e era conivente com esse exercício paralelo de uma suposta democracia participativa, realizando relatórios participativos e audiências públicas geralmente esvaziadas.

Há ainda outro fato que me parece grave e promotor de retrocessos incontornáveis: por opção do executivo local, no PLHIS a ocupação Zumbi dos Palmares não consta do mapa nem das estatísticas oficiais. Tal negação ganha força pelo argumento *técnico* de trabalho, por uma suposta verdade científica do urbanismo, prestada pela consultoria.

Quero dizer que, por uma decisão do executivo local, em conivência com a consultoria contratada, a ocupação de mais de mil famílias seria retirada do mapa, e não constaria nas ações do Plano de Ação desenvolvido. Tal articulação ocorreria

também durante os levantamentos do Censo de 2010, que também não registrou a existência da ocupação²⁹.

Zumbi dos Palmares, portanto, não existiria.

É claro que a ocupação Zumbi dos Palmares existe.

Existe, e hoje a grande maioria das casas é construída com material reaproveitado, utiliza fossa rústica ou despeja seu esgoto diretamente em vala a céu aberto, configurando parte das características que definem esse assentamento também como assentamento precário no Censo do IBGE. Apesar disso, o assentamento não consta no PLHIS municipal nem no levantamento dos setores subnormais do censo de 2010. Por duas vezes, foi oficialmente negada a existência desta porção da cidade.

Não é possível dizer ao certo até que ponto houve influência do poder local, e até que ponto houve negligência do IBGE. O fato é que a área do Zumbi dos Palmares está fora da delimitação dos setores subnormais, classificação que é sinônimo de assentamento precário para o Instituto.

O olhar cuidadoso a eventos pontuais, como esse, permite identificar também retrocessos na história urbana do país. Se, por um lado, mencionamos a já comentada retomada dos investimentos públicos no setor da política habitacional de estado, vista hoje no programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), investimentos só compráveis ao período BNH, o que sem dúvida representa um avanço na dimensão da disposição de recurso público para produção de política habitacional, ainda que não questionemos a qualidade e a pertinência das habitações que vêm sendo viabilizadas, por outro lado precisamos dizer que os fatos cotidianos também remetem a claros e graves retrocessos, e de outra ordem.

No Zumbi dos Palmares, o IBGE não passou –não pode sequer voltar, piorando a situação semelhante relatada por Mano Brown no Capão Redondo, favela do município de São Paulo em 1993:

²⁹ Do levantamento de aglomerados subnormais do Censo IBGE 2010, publicada em dezembro de 2011, não consta a ocupação Zumbi dos Palmares.

Até o IBGE passou aqui e nunca mais voltou (Mano Brown, Racionais MCs, “O Homem na Estrada”, *Raio-X do Brasil*, 1993)

É fato que Zumbi dos Palmares não figura no mapa nem nas estatísticas oficiais. O levantamento de assentamentos precários do Censo IBGE 2010 delimitou, em Sumaré, quatorze áreas consideradas como setores censitários subnormais³⁰, dado este que influencia e direciona a grande maioria das políticas públicas voltadas à melhoria de assentamentos precários, além dos estudos de centros de pesquisa e demográficos, como o Centro de Estudos da Metrópole (CEM/CEBRAP), que mais tarde influenciariam a definição das políticas públicas do setor em todas as esferas de poder.

Se compararmos tal fato ao relato de Mano Brown citado acima, cantado quase vinte anos atrás, podemos dizer que o que vemos neste caso, na dimensão do reconhecimento da favela como cidade, é ainda pior: o Estado, por meio de sua estatística oficial, está negando à ocupação Zumbi dos Palmares o estatuto de cidade, pois além de não figurar como área oficial, Zumbi não existe nas estatísticas, negando assim a condição de cidadão aos seus moradores.

Este acontecimento só é comparável à negação total das cidades e periferias, como em um passado brasileiro não muito distante, quando estas áreas não figuravam no mapa e não faziam parte das intervenções estatais³¹.

Nesse sentido, a ocupação Zumbi dos Palmares não está excluída da condição de cidade, mas sim está condenada ao isolamento, sem possibilidade de inserção.

³⁰ Segundo o IBGE, aglomerado Subnormal é o termo utilizado para designar um conjunto constituído por pelo menos 50 unidades habitacionais, ocupando ou tendo ocupado até o momento, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa e carentes em sua maioria, de serviços públicos e essenciais. É o caso da ocupação Zumbi dos Palmares no momento de coleta de dados do CENSO IBGE 2010.

³¹ Entendo que existe uma ainda insuficiente porém real melhoria nas condição de vida das periferias e assentamentos precários brasileiros que, reconhecidos pelo Estado como cidade, foram alvo de inúmeras ações de urbanização com melhoria de infraestrutura, regularização fundiária e implantação de equipamentos urbanos. Tais melhorias só foram possíveis também porque em algum momento eles passaram a figurar em mapas, bases cartográficas e estatísticas oficiais, para então serem medidos, quantificados, qualificados e receberem ações de políticas públicas. O PAC I e II são exemplos disso.

3. Questões analíticas

A ocupação Zumbi dos Palmares permanece hoje como um espaço habitado, porém ainda sem a urbanidade ideal almejada pela ação política do movimento social. Ainda assim, mesmo sem se consolidar como cidade, este é um espaço político, possibilitado pela ação do movimento social durante a ocupação de um latifúndio urbano. A trajetória desta ação observada, em comparação com outros casos semelhantes, revelou especificidades da produção das cidades de hoje.

Sem a pretensão de esgotar o assunto da luta dos movimentos sociais e a formação atual das cidades brasileiras, o trabalho buscou demonstrar, a partir da descrição de eventos vivenciados, de que maneira as articulações de poder ocorrem e de que modo os atores desta articulação em especial agem, diferenciando-se ou sobrepondo-se, em seus diversos campos de linguagem, na formação da sociedade e do espaço.

A relação de poder entre as linhas de forças do executivo pensando e agindo sobre o território, a imprensa, o judiciário, os proprietários de terra, o movimento e a questão ambiental revelaram-se como uma configuração intermediária entre a macroestrutura e o evento cotidiano.

A linha narrativa de todo o material arquivado, até aqui observado através das três cenas principais (Frei Tito, Zumbi dos Palmares e Dandara), somadas às cenas do segundo plano (o movimento de moradia de Sumaré nos anos de 1980, o GT e o PLHIS) definiram o rumo da investigação que se destinou a entender características do processo de produção informal da cidade em constante disputa cotidiana. Por disputa define-se o espaço produzido por meio da luta social, o combate da população pobre desprovida do direito a habitação, que, sem meios para ter acesso formal ao mercado habitacional, utilizou, nos casos observados, a luta cotidiana, mediada pelos movimentos sociais organizados, para garantir seu local fixo fora dos aluguéis excessivos praticados nas periferias urbanas das metrópoles brasileiras. Neste cotidiano, o pobre, organizado em torno de um movimento social, entra em conflito com diversos atores, entre eles os representantes do mercado imobiliário, detentores do direito à propriedade

privada, que pela interface do Estado comprometido com o capital, agem pela manutenção de seu poder e privilégios historicamente adquiridos.

Na informalidade, característica fundante do conflito, o Estado não é ausente, pelo contrário, é onde o Estado certamente detém especificidades de negociação e disputa não existentes nos centros territoriais, apresentando maior inconstância de rotina. Essa presença invisível, ou omissão planejada, torna-se uma chave de entendimento para a leitura do arranjo dos poderes locais e das condições de simbiose entre práticas ilegais e legais que resultam em maiores ou menores graus de conflito. Neste sentido, buscou-se identificar o momento e em que condições o Estado se relaciona, em primeiro lugar, com as demandas da população pobre que luta pela habitação e, em segundo lugar, com as situações que levam à abertura de negociação, que por sua vez levam à manutenção do espaço ocupado ou ao despejo, que pode ser operado violentamente.

O momento de virada da negociação em torno da manutenção ou do despejo de uma ocupação urbana organizada, ou mesmo dos processos de regularização fundiária e urbanização amplamente presentes na história recente do país, é também visto como de suspensão momentânea da lei ou um processo de legitimação do uso e ocupação do solo antes ilegal, necessários no contexto econômico atual do país à expansão de mercados de consumo periféricos, vinculados diretamente ao consumo primário e à expansão do crédito nas camadas mais pobres, ambos fatores amparados pelo Estado.

Ressalto ainda que, mesmo não sendo o único ator deste processo, o Estado é a interface que a princípio define a norma, e é quem define o modo e o momento de suspensão desta norma. Como afirmou Agambem (2007), aquilo que define o poder do soberano é a capacidade de suspender a lei. Não se tratando de desordem, e sim de uma suspensão da lei antevista.

Na periferia e nos conflitos urbanos, o Estado certamente não é o detentor absoluto da soberania, disputando cotidianamente seu campo de poder com ONGs, igrejas, o crime organizado, o poder político partidário e de vereadores locais, e até com corporações nacionais e internacionais detentoras das indústrias e terrenos localizados nas periferias metropolitanas.

No recorte observado, é possível afirmar que, apesar de uma tendência de permanência do poder a favor da manutenção da propriedade de terra e seus interesses econômicos comprometidos com o capital, não há uma padronização da atuação dos distintos atores sobre a produção da cidade, permitindo que cada situação seja única, e que cada conflito se desenvolva em uma diferente sequência de eventos, estando aberto a inúmeras possibilidades de arranjo, inclusive a eventuais vitórias do movimento social, sujeitando portanto a formação do espaço ao arranjo local de poderes.

Por esse motivo fugi da abordagem macroestrutural ou totalizante, escolhendo um recorte muito bem definido, no tempo e no espaço, abrangendo três formações espaciais comuns (a ocupação organizada), em três cidades de uma mesma região metropolitana, em um intervalo de tempo de cinco anos. Somente este recorte pôde permitir abordar um conjunto de eventos a princípio coeso.

Uma postura metodológica relevante é definida pela apreensão da realidade social a partir de uma estratégia individual de escolha pela observação de um ator social, neste caso a trajetória do movimento social e o conflito derivado das ocupações realizadas no período de cinco anos, para contraste com fenômenos de maior escala, como a cidade como uma totalidade e o Estado. Os recursos de variação de escala foram apontados e defendidos por Bernard Lepetit. Eles tornariam possível a configuração de objetos complexos levando em consideração seus estratos sobrepostos da realidade social (Lepetit, 1996).

Junto com a diferenciação de escala, atentou-se para os diferentes domínios de linguagem existentes na negociação do conflito. Na trajetória das três ocupações observadas, ficou evidente que a linguagem predominante de decisão é a linguagem jurídica, presente no direito público e privado. Sua interpretação no caso dos conflitos analisados tende à prevalência dos interesses do poder econômico fundiário estabelecido historicamente, este por sua vez intimamente aliado às linguagens legais e midiáticas, por meio das representações executivas do poder público e dos meios de comunicação de massa.

Na trajetória observada, é possível afirmar que o debate jurídico atuou como linguagem preponderante e predominante nos campos de decisão, tendendo sempre a uma mais que provável vitória do direito de propriedade sobre qualquer

direito de posse, a relativização da função social da propriedade ou mesmo o direito constitucional da moradia. Neste sentido, é evidente que há grande margem para interpretação ou mesmo a suspensão da regra em cada um dos conflitos.

Mas se cada conflito é único, e depende de um arranjo local de poder, existem necessariamente brechas para ação política, como visto em diversos dos momentos relatados. Na complexa trama de poderes e atores que formam cotidianamente as cidades, a brecha é possível, mas somente através da resistência física e corporal de parte dos cidadãos.

A ação do movimento social de luta por moradia, quando atuante em ocupações de vazios urbanos endividados, representa por sua vez uma forte ameaça aos privilégios econômicos historicamente adquiridos no Brasil. Por esse motivo, desperta de imediato a reação de diversos atores, que articulados intimamente com as representações do Estado, garantem a permanência de seus privilégios. Esta reação se reinventa diariamente, sobretudo a partir das representações de linguagem jurídica, trazendo novos usos para instrumentos jurídicos antigos, ou então incorporando e reapropriando instrumentos urbanísticos novos para manter interesses e privilégios de permanência, ou ainda criando novos temas que legitimem uma ação correta³². Portanto, mesmo com inúmeras normas legais, e mesmo com avanços recentes da legislação urbana, a normativa legal é apenas mais uma linguagem presente no conflito, e favorece principalmente a permanência de privilégios históricos vinculados à propriedade de terra.

Nos casos das ocupações observadas, quando a linguagem normativa e jurídica corrente foi insuficiente para legitimar o interesse almejado pela articulação de poder a favor da manutenção da propriedade privada, esta mesma articulação de poderes apontou para o novo tema ambiental, uma suposta preservação do adequado desenvolvimento da cidade.

³² Com “novas apropriações para instrumentos jurídicos antigos”, refiro-me, por exemplo, ao uso abusivo do interdito proibitório, orientado e recomendado pelo poder público para fins privados, e até mesmo para despejar uma manifestação pública, como apresentei no caso da ocupação Dandara em Hortolândia. Quanto à “reapropriação de instrumentos urbanísticos novos”, refiro-me às novas formas de uso dos instrumentos do estatuto das cidades para fins de lucro privado. O novo tema que traz legitimidade ao discurso é a suposta preservação ambiental almejada pelo Ministério Público no ato da Ação Civil Pública pela preservação das APPs de Sumaré.

O Estado de exceção neste caso está diretamente caracterizado e aponta para o momento em que as especificidades dos arranjos de poderes locais em negociação passaram a ser a matriz de formação do espaço e ponto de virada decisivo no rumo das cidades. Mais que isso, além destas manifestações, é preciso perguntar-se sobre os sinais e as evidências de uma possível, ampliada e crescente zona indiferenciada entre o legal e o ilegal, entre o direito e o não direito, entre o acesso a casa como política pública e a autoprodução da casa, entre norma e exceção (Telles, 2010, p. 75).

Sobre a dimensão das relações de poder, presentes na formação dos espaços vinculados aos conflitos observados, ou mesmo o poder em si, visto como emprego e manifestação de uma relação de força (Foucault, 1975), fica evidente o caráter belicoso da formação das cidades, onde a análise destas relações precisa ser entendida em termos de combate físico, de luta social, de enfrentamento cotidiano, necessariamente como matriz da formação das ocupações urbanas organizadas e das cidades de hoje.

Bibliografia

- AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção – Boitempo Editorial, São Paulo, 2004
- BOLAFFI, Gabriel. Habitação e Urbanismo: O Problema e o falso problema. In A Produção Capitalista da Casa e da Cidade, org. Ermínia Maricato. São Paulo, 1982. p. (37-70)
- FELTRAN, Gabriel de Santis. Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade* (Curso no Collège de France- 1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GHILARD, Flávio. O lugar dos pobres na cidade de Campinas-SP : questões a partir da urbanização da ocupação do Parque Oziel, Jardim Monte Cristo e Gleba B: dissertação de mestrado IAU-USP 2012.
- HABERMAS, Jurgen. Teoria de la acción comunicativa, Madri: Taurus, 1987 v.1
- HARVEY, David. A produção capitalista do espaço, São Paulo: Anablume 2005
- HELENE, Diana. A guerra dos lugares nas ocupações de edifícios abandonados do centro de São Paulo. São Paulo: dissertação de mestrado FAU-USP 2009.
- HIRATA, Daniel Veloso. *Sobreviver na Adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 2010.
- LEPETIT, Bernard. Por uma nova Historia Urbana
- LOPES, João Marcos de Almeida. Em memória das mãos – o desencantamento da Técnica na Arquitetura e no Urbanismo. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós- Graduação em Filosofia e Metodologia das Ciências da Universidade Federal de São Carlos. 2006a.
- LOPES, João Marcos de Almeida. “O anão caolho”. Novos estud. CEBRAP, n.76, 2006b. LOPES, João Marcos de Almeida. Sobre arquitetos e sem-tetos – técnica e arquitetura como prática política. Tese de Livre Docência. 2011
- LOPES, João Marcos de Almeida; PULHEZ, Magaly Marques. “De molde a contramolde: (re)construindo questões sobre a urbanização de favelas”. In: Cadernos IPPUR/UFRJ, v. 22, n. 2, ago./dez. 2008.
- LOPES, João Marcos de Almeida; RIZEK, Cibele Saliba. “O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica”. In: CARDOSO, A. L. e ABIKO, A. K. (ed.). Procedimento de gestão habitacional para população de baixa renda. Porto Alegre: ANTAC, 2006.

- LOPES, João Marcos de Almeida, KAPP, Silke, BALTAZAR, Ana Paula, 'Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres'. In: *Silacc 03 – Simpósio ibero-americano de cidade e cultura: novas espacialidades e territorialidades urbanas*, São Carlos: EESC-USP, 2010.
- MARICATO, Ermínia. "As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias". In: ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2000.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista e o Ornitorrinco* - São Paulo: Boitempo, 2003
- OLIVEIRA, Francisco de. "O Estado e a Exceção – ou o Estado de Exceção?". In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v. 5, n. 1, Anpur, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PIRES, Maria Conceição Silvério. *Morar na metrópole : expansão urbana e mercado imobiliário na Região Metropolitana de Campinas- Campinas, SP : Tese de doutorado, IG-UNICAMP 2007*.
- RIZEK, Cibele e PAOLI, Maria Célia. Depois do desmanche in *A era da Indeterminação*, org. Francisco de Oliveira e Cibele Rizek – São Paulo : Boitempo, 2007.
- RIZEK, Cibele Saliba. "Cidade, Trabalho, Política". In: RIZEK, C. S. e ROMÃO, W. M. (org.). *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- RIZEK, Cibele Saliba. "Comunidades e Pobreza Urbana: do protagonismo à gestão". In: *XII Encontro Nacional da ANPUR, 2007, Belém do Pará. Integração Sul Americana, Fronteiras e Desenvolvimento Urbano e Regional*. Salvador : ANPUR, 2007. v. 1. p. 90- 110.
- ROY, Ananya. *Urban informality: toward an epistemology of planning*. Journal of the American Planning Association, 2005: pp.147-159
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980* . Rio de Janeiro 1988.
- SHIMBO, Lucia Zanin. - *Habitação social, Habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*, Tese de Doutorado. São Carlos 2010.
- SINGER, André Vitor. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras 2012.
- TELLES, Vera da Silva. "Debates: a cidade como questão". In: TELLES, Vera da Silva e CABANES, Robert (org.). *Nas tramas da Cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvumentvum, 2010.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org.). *Nas tramas da Cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 2001.

Videografia.

RISCO. *Zumbi dos Palmares* - Sumaré/SP outubro/2009 [cor, português, 10'45', 20mb] Relato da história de um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto em Sumaré/SP.

RISCO. *Frei Tito Campinas* março/2008 [cor, português, 20'13', 40mb] Registro audiovisual da Ocupação Frei Tito em Campinas - SP.

Acervo próprio:

TAVARES, Paulo.. DAL'BÓ, André. Abertura: Trilogia da Terra (vídeo arquivo) 2012.

Arquivo audiovisual da *ocupação Zumbi dos Palmares* (2008-2012)

Arquivo audiovisual da *ocupação Pinheirinho* (2011-2012)

Entrevistas

Guilherme Simões, militante do MTST **coordenador do Zumbi dos Palmares – junho 2011**

Guilherme Simões:

Eu estudei a vida inteira em escola pública, na periferia de São Paulo, aí por destino, por sorte um pouco, e não por ter isso como um paradigma eu fiz ciências sociais na Unesp (Araraquara), e aí o movimento entrou na minha vida, em Taboão da Serra, a Chico Mendes em 2005. Era próximo de onde eu cresci e morei, e fui lá ver... Na universidade eu também começava a estudar movimentos sociais, e aí pela minha origem, e também um pouco pelos meus estudos, comecei a acompanhar.

Guilherme Simões:

E a gente tinha esse grupo em Araraquara, aí participamos da João Candido. Em 2007 eu já terminando a graduação fiquei a disposição do movimento e vim para Campinas.

André Dal'Bó da Costa:

Eu conheci algumas pessoas do MTST nos despejos do centro de São Paulo, nos anos de 2005 e 2006, vocês já tiveram algum foco de luta no centro?

G

Não, o foco foi sempre a periferia.

G

Ai venho fazer o Frei Tito, você participou muito, foi bastante participativo, trouxe algumas informações preciosas, e foi aquilo, um grande esforço, erros inexperiência de militantes num primeiro processo de construção ativo de fato. Era primeira vez que éramos protagonistas de A a Z, todos aqueles militantes, era a primeira vez.

A

E foi uma grande manifestação publica política na cidade Campinas num grande intervalo de silencio. Talvez nesse porte só o Oziel, o Toninho...

G

Isso, junto ao Toninho e a molecada do passe livre também, grandes manifestações políticas, não da pra esquecer, e deu uma sacudida em Campinas.

G

No Frei Tito, foram 1000 famílias, por 15 dias, perdemos, foi uma derrota política, voltamos cabisbaixos pra casa, e o objetivo então foi de fazer uma nova ocupação pra se consolidar na RMC...

G

Então a gente faz o Zumbi em novembro de 2008. Você também teve uma participação nisso, você se lembra, um mês de ocupação, despejo, recurso na justiça e ocupação de volta...

A

É uma grande vitória o recurso, um símbolo, isso já aconteceu?

G

Sim, no Chico Mendes, mas lá o agravo saiu antes do despejo, aqui o agravo saiu depois do despejo, e então retomamos o terreno, isso é inédito... Enfim por razões obscuras saiu depois, despejados na quarta e o quinta voltamos a ocupar o terreno.

A

E depois o MP tentou mais um despejo pela questão ambiental né? como foi?

G

É ai veio um novo processo, e enfim, você acompanhou, participou... Posso falar que você acompanhou?

A

Sim, claro.

A

Mas voltando ao processo jurídico do Zumbi: tem o TAC (Termo de Acordo de Conduta) né? E lá vocês se comprometem a não ocupar mais nada na cidade, como fica?

G

É nada a gente nem tem CNPJ, isso ai não é relevante...

A

No fim do Frei Tito, como ficou a relação do movimento com as famílias despejadas?

G

Bom então, é a partir do momento q você não tem nenhum vínculo com as famílias (a luta politica pela terra), e poder de trabalho político, que se dispersa.

A

E sobre a Flaskô, pesou o fato de ter esse símbolo da luta na cidade de Sumaré?

G

Pesou sim, apesar de todas as dificuldades que eles passam, eles são um símbolo de resistência... E chegando aqui se avaliava que a prefeitura era uma gestão bem mais frágil, porque em Campinas fomos massacrados pelo trator chamado Lagos (Lagos foi o Secretário municipal de Campinas, e foi cassado e preso por esquema de fraude de licitação).

G

O movimento tem uma possibilidade de permanecer mais tempo, em uma cidade com déficit gigantesco né... E aí fizemos Zumbi dos Palmares.... A prefeitura de fato é fácil e ser fragilizada, talvez hoje junto com a Flaskô somos os mais significativos, a prefeitura teve que muitas vezes enfrentar o diálogo sem muita preparação... em outros momentos foi do diálogo à repressão em um instante.

A

Como está a relação da religião e da luta política no Zumbi dos Palmares?

G

É a religião está na periferia, muito forte, como nunca e com outros objetivos que não os da teologia da libertação

A

O PT está no poder, talvez não soberano, mas está no poder. E o tráfico é ainda mais determinante na dinâmica do espaço da periferia hoje, você concorda?

G

É diferente dos anos 80, é toda essa turma aí dos anos 80 convergiram para um processo de poder pra ganhar eleições. Os sindicalistas daquela época, a igreja católica combativa, a CEBs, que atuavam juntos, hoje estão nos poderes. E os movimentos nos conselhos... é 99% estão em conselhos, quando não diretamente dirigidos pelo PT.

G

A configuração mudou, essa turma que era combativa virou governo, houveram muitas conquistas, mas hoje estão lá como estão.

A

E sobre a igreja pentecostal?

G

A igreja católica apesar do seu projeto de mudança aqui, das CEBs e da teologia da libertação, pensava o pós vida, o plantio das sementes, a igreja pentecostal não, ela pensa o aqui agora, mas não que isso gere alguma desalienação, é o aqui agora e individual, de maneira ideológica e econômica. É um grande negocio, tem tudo a ver com a financeirização da periferia.

A

E tem tudo a ver com a expansão atual da periferia, a financerização da periferia, o acesso a credito, a propriedade (nos casos da regularização fundiária)... Cada um no seu projeto de sonho.

G

Acho q sim, da pra arriscar dizer isso, você tem razão...

G

Ai tem o outro ente que é o narcotráfico, você falou, que tem uma historia diferente, com o crime organizado, que vai de fato se organizar mais nos anos 90, a partir dele, isso vai alterar a relação de forças na periferia, o movimento social tem que considerar essa forças. Esse debate a gente trava faz tempo, o pentecostal o crime e o poder do bairro, o vereador, o curral eleitoral, e precisamos considerar esses casos para construção do poder territorial do movimento.

A

E tem muita perda de controle da ocupação pro trafico?

G

Já teve mais, hoje até pela sua grande organização, ele intervêm menos na vida dos moradores da periferia... Eles são muito organizados do ponto de vista da lucratividade, então quanto menos encrenca mais lucro... é isso, tem interferência **é um território em disputa**, mas é uma disputa velada, nós que travamos, travamos e não travamos.... mas precisamos conviver de

alguma forma. Nós não somos um movimento ideológico nem armado, eles são, então a gente tem que conviver com tudo isso pra entrar nesse território em disputa.

A

Fizemos um desenho pro loteamento... O desenho não funcionou muito bem né? O que serviu na pratica foram as áreas de proteção ambiental.

G

É, mais ou menos, serviu pra algumas coisas, pra vocês que fazer esse tipo de coisa, se o desenho não tiver lá não deu certo? Nos baseamos no seu desenho pra criar o desenho nosso. Quando a gente foi executar o desenho não teve como, tínhamos vários limites, humano técnico, e o próprio conhecimento popular questionou muito.

A

E também aquela vontade de reproduzir a estrutura de vias e lotes né? Naquele desenho a gente deixou umas áreas coletivas, outras livres, uma questão espacial....

G

Na verdade a gente teve sucesso nisso, algumas praças, espaços muito interessantes, diferente do projeto, mas conseguimos....

G

Inclusive o pessoal tem no imaginário a casa, não de convivência... Precisamos trabalhar na linha tênue do interesse puramente econômico e a política. Foram 1400 lotes, era o maior bairro da área Cura...

A

Na época da segunda ameaça de despejo, lembro que vim fazer um laudo técnico pra vocês, sobre a área ambiental. Como foi?

G

A definição da área ambiental foi muito importante pra gente, nunca havíamos vivido essa experiência, trabalhar com a legalidade, **fazendo ocupação. Que é ter um limiar de legalidade**

dentro da ocupação.

G

É muito estranho muito diferente, interessante.

A

E a delimitação do desenho salvou né? A foto do helicóptero da polícia mostra que vocês não ocuparam APP coisa nenhuma, e os caras botaram a foto na mesa de negociação.

G

É o laudo é um absurdo, o MP claramente , evidente que era uma articulação do proprietário com o MP e a prefeitura, tanto é q a prefeitura e o proprietário eram réus para alegar que não podiam fazer nada, e lavar as mãos. Tanto é que depois ninguém sofreu nada. Eu tenho inquérito aberto até hoje. O Bruno (advogado) sabe melhor falar sobre isso, sou indiciado por Parcelamento irregular do solo e Crime ambiental.

G

A nossa solução naquele momento foi fazer algo que a gente está mais acostumado a fazer, luta política.

G

E nesse momento a gente faz um acampamento de 150 pessoas na frente da casa do Lula, em São Bernardo. Você lembra, aquilo que cavou a negociação, ali se abre começa a conversa de fato.

G

Nós vamos pra Brasília, o Ministro faz o discurso do PT, "temos dinheiro mas não temos projeto". Ali fechamos um acordo com o Ministro, que ele viesse a Sumaré, e se abrisse o GT. Teve uma reunião no Ministério Público: Ministro, Prefeito, Promotor, nós, todo o estafe do ministério das cidades, porque o Fortes era uma porta, não tinha conhecimento técnico nenhum, era o famoso cargo político, tinha alguma coisa com o PP e virou ministro.

G

Em primeiro momento eles não aceitaram o acordo, e aí a gente trucou, fiz uma reunião com um interlocutor da prefeitura, aquelas que ele te ligam as duas da manhã, o mundo obscuro da política. Aí eu fui com umas informações fajutas, com informações, e disse que se não houvesse solução iríamos ocupar novas terras que conhecíamos. Pra eles (prefeitura) seria terrível fazer uma nova ocupação, ele caiu, e aí fizemos o acordo.

G

A prefeitura paga um aluguel pro proprietário, 5 mil reais por mês, eu acho q é mais, deve terem molhado a mão bem dos caras.

G

E com o acordo parte das famílias ficam e parte sai, o acordo é feito em fevereiro de 2010 e vale até fevereiro de 2012, a gente sai de lá e vai pra casa... é claro q não vai acontecer, a prefeitura já sinalizou, que ou arruma outra área... a prefeitura não quer problema.

G

O projeto não foi assinado ainda.

G

O de Hortolândia, está embargado por trabalho escravo.

A

Sair do acampamento é uma perda, o espaço que vocês construíram, as relações entre moradores, a realidade totalmente nova. É claro que não vou romantizar porque ninguém quer ficar no barraco de madeira, mas você perde né? desvincula.

G

Reforçar isso né, que você ganha, sai da condição insalubre, que mesmo longe do ideal, tem um pouco mais de dignidade, e por outro lado é uma perda. Porque a gente construiu uma convivência, espaços q já estão no ideário no imaginário. A saída pra casa é um novo período, que se abre e a gente não tem ao certo como vai ser. Todo espaço e tempo que a gente consolidou, ele vai ser novo de novo.

G

Do ponto de vista organizativo é um novo desafio.

A

Falando em organização você tem ali na ocupação os grupos G1, G2 até o 10, me fala um pouco disso...

G

No início de uma ocupação a gente divide em grupo,, porque é impossível organizar toda a ocupação, a gente divide de 100 em 100 famílias mais ou menos, que tem cada um seu grupo de coordenação, que cuida desde lixo, limpeza até controle de frequência e até algumas decisões, eles tem sua autonomia... Hoje eles podem se reunir e decidir a expulsão de alguém por ex. , **por exemplo o roubo comprovado. Na verdade descumprir o regimento interno que nós aprovamos em assembleia geral.**

G

Então cada grupo cuida da organização do seu grupo, depois de um tempo temos as brigadas, que é a mesma coisa do grupo. E continua servindo pra coisas mais básicas, limpeza, luz, foga etc. A coordenação já tomou referencia, os coordenadores são referencias entre grupos... Tem um grupo de coordenadores que toca a ocupação.

A

Ali no GT, pra gente fechar, tem um momento em q tenta-se pautar o desenho do projeto, e o movimento recua, passa a não pautar esse desenho, ai chegamos no que esta sendo construído, unidades padrão do minha casa minha vida. Saímos de um espaço, que tem sua sociabilidade, com os espaços de convívio, praças, pra pior coisa que pode existir em termos de arquitetura. Naquele momento vocês acharam que não valia a luta?

G

Nós não recuamos, é preciso ver todos os fatores que nos levaram a aceitar, eles revelam uma correlação de forças em que a gente chega no limite. Primeiro limite, politicamente estávamos em frangalhos, não demonstrávamos, mas era o início do descenso da mobilização, a outra era um limite de acumulo técnico, a gente não tinha, tinha você que prestava essa contribuição.

Nós não temos acúmulo técnico pra essa discussão. Nesse momento também a gente percebe que dali não íamos além, precisávamos escolher entre continuar negociando e conseguir a casa, ou debater o projeto. Um outro elemento é a característica que o MTST tem, os movimentos de conselho tem uma proximidade com o governo, o que possibilita um monte de coisa pra eles, inclusive propor projeto, nós não, um movimento que em 5 anos faz uma greve de fome, depois um acampamento na frente da casa do cara (Lula), que ocupa em 3 anos 5 municípios 3 deles município governados pelo PT, não somos bem quistos pelo governo. Então a gente chega no limite.

A

Como é a situação do trabalho escravo na produção das unidades que servirão o movimento?

G

Claro que é uma contradição, nos também estamos imersos em um monte delas...

G

Vivemos um período em que só confrontar o estado e desafiar essa política nacional de cotação de movimentos, de dar 100 aqui, 50 ali, a gente já cria um avanço. A outra coisa é a relação com as famílias, que a essa altura já não é tão econômico, mas ainda é o fator principal. **Não vivemos um período de mobilização, politização e etc. Pelo contrario, vivemos o individualismo, o aparente crescimento econômico.** Não tem como a gente chegar pro povo e dizer que tínhamos as casas mas não aceitamos. Mantemos a critica ao MCMV, ao governo Dilma , ao Lula, mas não da pra não aceitar as casas.

G

Sobre o trabalho escravo, a prefeitura de Hortolândia fechou as portas, nossa demanda lá já não é mais certa. Nós estivemos na obra, e ela está embargada mas não está, está rolando. É a Faleiros, que trabalha com uma empresa pequena, que vai buscar os caras (mão de obra) no maranhão. E esta rolando, porque o MP vai lá, e provavelmente recebe suborno, e tudo continua.

G

Mas embargou, porque quem fez o dossiê de denuncia é o secretario de habitação de Hortolândia, que tem a intenção de ser prefeito, e por isso quis meter a faca no Prefeito. Colocou na mídia, etc. É isso, uma outra faceta da contradição.

A

Tem um tema bom pra fecharmos a conversa, me fala da Resistência Urbana, articulação recentemente formada.

G

A resistência urbana é uma articulação de movimento urbanos, presente em 18 estados, movimentos nacionais a regionais, como são os casos de MTST e MUST pinheirinho, movimento estes ligados a partido como é o caso do MUST e outros autônomos como nós. São movimentos combativos, uma minoria não parte da cooperação da institucionalidade, que não tem como linha política a participação lá... Nossa ações são manifestações publicas, trancamento de rodovia, ocupação etc. Os movimentos urbanos parecem crescer no país... nos puxamos essa articulação em 2007-08. Fizemos agora uma recente ocupação do ministério seguinte ao primeiro encontro nacional....

Depois da reunião, um dos encaminhamentos foi a participação do conselho das cidades, como observadores. A pauta era os grandes eventos, e outras coisas. Estavam lá Gilberto de carvalho a Dilma estaria se não estivessem com o Palocci. Os movimentos do PT ficaram incomodados com a gente, é um conselho extremamente antidemocrático, não tivemos voz...

É uma discussão totalmente institucional, não se debate o problema amplo da política, da habitação, debate-se verbinhas e bolsas alugueis das remoções, minha casa minha vida entidade.

O Gilberto de Carvalho é o escudo da Dilma pra Movimentos Populares a gente precisa deste contato. O Resistencia Urbana é isso, um movimento combativo não institucionalizado.

Cesar Ramos – Ministério das Cidades, março 2011.

André Dal'Bó da Costa:

Qual foi o seu caminho até chegar no Ministério, qual sua formação, o que você acha relevante na sua trajetória?

Cesar Ramos:

Sou arquiteto formado pela UFBA no final dos 70, desde estudante já trabalhava com a urbanização de alagados em Salvador, a maior área de palafitados do país, me envolvi muito naquele processo. Antes disso eu havia trabalhado no projeto, através do consorcio, e depois na implantação. Depois disso passei a entrar nessa área da Habitação Popular e na Companhia de Habitação Popular do estado. Ao mesmo tempo eu tinha uma militância com a política do movimento estudantil da época, com o movimento de oposição, tive alguma participação política naquele período de resistência, o que acabou resultando em duas prisões que... me permitiram apesar disso continuar.

A

Em que governo você foi preso?

C

Foi em 70... Depois do Médici, Geisel.

A

Você foi torturado?

C

Sim, sempre éramos... fui... E depois fui presidente do Sindicato dos Arquitetos, e militando sempre nessa área de habitação urbanização, até que o Jorge Hereda atual presidente da CEF foi secretário de habitação no início do Ministério das Cidades, e me chamou.

A

Então você está desde o início do Ministério?

C

Isso, desde 2003 na coordenadoria, sempre na diretoria de projetos da secretaria de habitação.

A

Então você acompanhou toda a mudança do Ministério, Dutra, Forte, Negromonte. E o que você pontuaria de relevantes nestas transições?

C

Em termo de equipe técnica houve muitas perdas, a Ermínia saiu. Na Secretaria de programas urbanos houve grandes perdas, mas na secretaria de Habitação não mudou muito. Agora, em questão a mudanças gerais de política mudou muita coisa.

A

Sobre essa questão de mudanças, em 2005 foi aprovado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, e hoje me parece que temos o prazo limite do prometido e esperado pra que essa política comece a de fato funcionar, com a execução dos Planos Locais de Habitação de interesse Social - PLHIS, a construção dos conselhos e fundos municipais, por exemplo. Mas ao mesmo tempo veio o Minha Casa Minha Vida, você acha que ele substitui e enfraquece o SNHIS, e toda essa política que vinha sendo construída?

C

Sim, ele (o SNHIS) foi atropelado, o PLANHAB e tudo mais... Alias, o Ministério das Cidades foi criado com um projeto já bastante consolidado de política publica habitacional. Era o que o PT tinha como ideal naquele momento, com base no estudo do Instituto Cidadania, na época.

C

Só que com o Olívio, esse programa só se conseguiu avançar em termos institucionais, com a criação do Ministério, formação de equipe, mas na pratica avançou muito pouco, porque a questão macroeconômica da época implicou em contingenciamento e falta de investimento. A preocupação era atender as metas até a segunda parte do governo Lula, com a mudança não explicita, porém real, acompanhada da proeminência da Dilma, e sua política claramente desenvolvimentista, que resultou no PAC, que teve resultados bastante impactantes na economia, já na primeira gestão do Lula, vindo a ser o carro chefe da segunda gestão.

Na verdade não é nada mais de políticas que já vinham acontecendo: Luz pra todos, bolsa família, políticas de distribuição, que se contrapunham na pratica, as políticas recessivas de aceleração de juros e etc. Então o governo atuava nas duas pontas. Tirava de uma e colocava na outra ponta... Enquanto por exemplo 2 bilhões de reais era o encargo da divida, anuais por conta do alto juros,... e quando você soma o injetado na base da economia via bolsa família, INSS, FGTS, luz pra todos, isso se equilibra, a 200 (é 2 ou 200).

A

É também a criação de uma nova classe de consumo?

C

Sim, sim, de forma que só se explicitou recentemente , porque se fazia com discurso ortodoxo, com o ministro Palocci, mas com política heterodoxa. O discurso acalmava o mercado, acalmava virgula né, também atendia o interesse do mercado... o que vai virar o PAC.

... Sim, e esse processo todo, atropelou o projeto de moradia, sistema plano, etc..

A

E continuam terminando de acontecer?

C

Isso eles continuam, quando a gente tava terminando o PLANHAB com a melhor horizonte otimista de recurso era 2% do OGU, e numa canetada só o PAC colocou 3%, coisa melhor que a melhor perspectiva.

Ao mesmo tempo que tinha toda essa grana, a ênfase maior do plano era econômica, anticíclica.

A

Trazendo para Sumaré, o MTST, como você acompanhou, age em 2007 em campinas, sendo massacrado pelo governo Hélio, em seguida, 2008 Sumaré, aí se ocupa uma grande área vazia, faz-se luta e garante-se o dialogo com vocês do Ministério... Enfim, o que eu queria te perguntar primeiro é se existem outros casos emblemáticos como esse? Grande manifestações que geram grupos de trabalho, pareceres jurídicos favoráveis a ocupação e Termos de Ajustamento de Conduta - TAC.

C

Existe muita variedade, o Ministério das cidades não tem sedes regionais e estaduais, então é mais ou menos afastado da realidade do dia a dia urbano das metrópoles, mas sempre chega lá e cada vez mais, lá, quando (o movimento) não consegue dialogo com município e estado, chega lá.

As vezes a gente interveem, e desde 2 anos atrás com o Conselho das cidades, que é uma comissão criada pra discutir, gerar estruturas de atendimento.. mas de fato ainda estamos engatinhando... Exemplo a ouvidoria do MDA, tem 10 anos de vida, ouvidores estaduais, e lá a gente não dispõem disso,,, é muito pontual..

A

E outros casos, outras cidades?

Há casos muito graves como o de Goiânia a 2 , 3 anos atrás, onde houve a reintegração violência, com mortos e desaparecidos, onde a união chegou e já tinha sido o processo, e não deu tempo de intervir, abrir negociação. Mas ao mesmo tempo tem casos como Sumaré, um

caso bastante emblemático. Abriu-se a negociação apesar da resistência de todos os lados.

A

Mas e além de Goiânia, você conhece 10, 20 50? quantos semelhantes mais ou menos.

G

Só na ocupação do MTST semana passada (ele se refere a ocupação que o MTST fez no Ministério das Cidades) eles listaram 40 casos, mais ou menos, de conflitos bastante crítico. E fora esses tem outros mais, e vários esqueletos antigos não resolvidos, vários conjuntos do PAR por exemplo que foram ocupadas ou tomados pelo tráfico, além de novos casos derivados do impulsionamento da construção de novas unidades. A copa, olimpíadas etc.

O que requer que essa política de contenção de conflitos tomem novas proporções, e serão impulsionadas, é só ver os incidentes recentes de Giral. Em varias cidades em vários graus de ebulição. É necessário a política de contenção de conflitos.

A

Voltando ao MCMV, houve utilização de terras do Patrimônio da União?

C

Não, é muito complicado, a terra no Brasil é muito complicado, por exemplo Hortolândia, até hoje não conseguimos usar os terrenos... está enrolado.

Apesar de todo avanço legislativo, por exemplo os do MCMV, que facilitou a regularização etc... Mas apesar disso é difícilimo, de todo o patrimônio da união, nós estamos em vias de conseguir aproximadamente 100 terrenos em todo o Brasil, é muito pouco.

A

E o movimento, na sua opinião, pode ajudar no caminhar do processo do uso da terra publica?

C

Sim, técnico e político, precisa forçar a barra, fazer pressão pra que isso flua mais, o estado tende a atender quem pressiona mais.. Mas em área urbana as terras publicas são residuais e

insignificativas, precisamos mesmo partir para o uso da terra privada.

A

Ainda no tema terra, sabe-se que a legislação urbana avançou muito. Efetivamente, você viu ZEIS virar habitação, você viu isso acontecer?

C

É mais fácil enxergar ao contrario, todo aquele movimento de Planos Diretores etc, resultarão em ganhos do capital imobiliário. Onde houve criação de ZEIS elas não foram regulamentadas etc. Isso existe pra inglês ver, na pratica o que viu é que o capital se apropriou das legislações.

A

Me parece que esse debate de legislação urbana, Zeis, PD,,, começa a perder força?

C

É até por frustração né? por causa dos resultados. É uma série de instrumentos que não resultaram em nada, ficou na prateleira.

.....

Documentos:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ACÓRDÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº

02364240

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Agravo de Instrumento nº 7313532-5**, da Comarca de **Sumaré**, em que é **Agravante Natália Szermeta**, sendo **Agravado Empreendimentos Imobiliários Cidade de Paulínas Ltda**:

ACORDAM, em 20ª Câmara Direito - Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "**Julgaram prejudicado, v.u.** ", de conformidade com o relatório e voto do Relator, que integram este acórdão.

Presidiu o julgamento, o Desembargador, **CUNHA GARCIA**, e dele participaram os Desembargadores **Miguel Petroni Neto** e **Francisco Giaquinto**.

São Paulo, 4 de maio de 2009.

Dêmas Carneiro
Relator

2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 7.313.532-5
20ª Câmara de Direito Privado

VOTO Nº 6994

COMARCA DE SUMARÉ

AGRAVANTE: NATÁLIA SZERMETA

AGRAVADO: EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS CIDADE DE PAULÍNAS LTDA

REINTEGRAÇÃO DE POSSE - LIMINAR -
CUMPRIMENTO DA MEDIDA EM
PRIMEIRA INSTÂNCIA - PERDA DO
OBJETO - RECURSO PREJUDICADO

Vistos.

A agravante, uma das centenas de ocupantes do imóvel referido na inicial, rebelou-se contra a r. decisão judicial local que concedeu liminar de reintegração de posse ao agravado.

Esta Relatoria, entendendo não comprovada, naquele momento processual, a posse da parte agravada, deferiu EFEITO SUSPENSIVO ao agravo (v. fls. 84).

Contudo a medida possessória foi efetivada (v. fls. 152/154) e conforme também informou o MM. Juízo (v. fls. 159/160).

A agravada solicitou reconsideração da decisão desta Relatoria (v. fls. 193 a 252) e o Ministério Público opinou pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

Agravo de Instrumento nº 7.313.532-5 / voto nº 6994

1

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 7.313.532-5
20ª Câmara de Direito Privado

O objeto deste agravo era somente a medida liminar reintegratória.

Esta Relatoria concedeu ao agravo efeito **SUSPENSIVO** (não ativo, conforme equivocadamente constou do parecer ministerial) e assim, diante do efetivo e completo cumprimento da medida possessória, sem que tenha havido tempo hábil para que a Secretaria desta Corte pudesse fazer chegar ao Juízo a comunicação da decisão deste Relator, restou prejudicado este recurso, restando agora que se apure a situação possessória na ação a ser julgada no Juízo *a quo*.

Em face do exposto, porque prejudicado este agravo pela perda do seu objeto, voto para que assim se declare.

DIMAS CARNEIRO
Relator

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

82

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 0292699-80.2010.8.26.0000, da Comarca de Sumaré, em que é agravante MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO sendo agravados PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ, EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS CIDADE DE PAULÍNIA LTDA, GUILHERME SIMÕES PEREIRA, NATÁLIA SZERMETA e ALANNA KARLYNNE (E OUTROS (AS)).

ACORDAM, em Câmara Reservada ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "DERAM PROVIMENTO AO RECURSO PARA HOMOLOGAR A TRANSAÇÃO. V. U.", de conformidade com o voto do(a) Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ZÉLIA MARIA ANTUNES ALVES (Presidente sem voto), RENATO NALINI E EDUARDO BRAGA.

São Paulo, 03 de março de 2011.

TORRES DE CARVALHO
RELATOR

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto nº AI-2.164/11

Agravo nº 0292699-80.2010 – Câmara Reservada ao Meio Ambiente

Agte: Ministério Público

Agdo: Prefeitura Municipal de Sumaré

Origem: 3ª Vara (Sumaré) – Proc. nº 7.565/09 ou 1.492/09

Juiz: Ana Lia Beall

AÇÃO AMBIENTAL. Sumaré. Jardim Denadai. Ocupação Zumbi dos Palmares. Parcelamento irregular e dano a área de preservação permanente. Liminar. Acordo, pelo qual parte dos ocupantes permaneceu na área mediante o pagamento de uma contraprestação pela Prefeitura à proprietária do terreno. Recusa da juíza a homologar a transação. – Transação que levou à desocupação do imóvel por quase 5.000 pessoas e evitou a formação de uma favela e os danos urbanísticos e ambientais decorrentes atende ao interesse público. Inviabilidade de a juíza interferir em ato dispositivo da demanda que põe fim à lide, salvo inexistente justo motivo. A existência de uma fila à espera de moradia não invalida a opção administrativa de, alojando pequena parte dos invasores, evitar um mal maior. – Agravo provido para homologar a transação.

1. Trata-se de agravo interposto contra a decisão de fls. 1268/1270, aqui fls. 33/35 que deixou de homologar acordo firmado pela Prefeitura Municipal de Sumaré, pela proprietária do terreno e por representantes dos moradores; o Ministério Público alega que a ocupação de 1.500 famílias foi reduzida para 250 famílias que permanecem na área temporariamente por prazo certo até sua recolocação em programa de moradia; o acordo foi a forma que se encontrou para evitar a formação da favela e a recomposição da ordem urbanística; lembrou a dificuldade que cerca a remoção forçada dos moradores e que, estando as partes de acordo, não pode o juiz negar a homologação. Pede a reforma da decisão agravada.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Câmara Reservada ao Meio Ambiente – Agravo nº 0292699-80.2010 – fls. 2

Determinei a redistribuição do agravo, por entender falecer competência à Câmara Ambiental (fls. 87/90). O recurso foi distribuído à 11ª Câmara, aos cuidados da Des. Maria Laura Tavares; negou-se o efeito suspensivo (fls. 96/98). A juíza prestou informações (fls. 104/105). A Empreendimentos Imobiliários Cidade de Paulínia respondeu (fls. 107/112). O Ministério Público opinou pelo provimento do agravo (fls. 114/118). Os autos foram devolvidos a esta Câmara, por prevenção do AI nº 994.09.388067-0 (fls. 120/124).

É o relatório.

2. A juíza negou homologação por ver no acordo desrespeito às 5.000 pessoas que, cadastradas no município, aguardam a moradia sem atentar contra a lei ou à propriedade alheia; por haver dúvida quanto ao pagamento de R\$-5.000,00 por dois anos à proprietária do terreno, ante a permanência de 250 famílias; por considerar injusto o pagamento de aluguel em favor dos invasores, e não em favor de quem aguarda na fila da moradia; e por não haver questão de urgência, pois a situação que enseja a desocupação forçada foi criada pelos próprios invasores, que não podem se beneficiar da ilegalidade.

Compreende-se a preocupação da juíza, cuja cautela deve ser elogiada; mas há limite para a atuação do juízo. Criou-se uma situação delicada com a invasão de uma gleba particular por aproximadamente 1.250 famílias, algo próximo a 5.000 pessoas; o parcelamento irregular causava problemas urbanísticos e ambientais sérios. Deferida a liminar para desocupação do imóvel, a Prefeitura, a empresa e os invasores chegaram a um acordo que levou à desocupação pacífica de 1.000 famílias e à permanência de 250 famílias que não tinham para onde ir; a situação foi controlada, a ocupação foi congelada, os danos previstos foram evitados, a Prefeitura e a empresa se responsabilizaram pela recomposição urbanística e ambiental da área.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Câmara Reservada ao Meio Ambiente – Agravo nº 0292699-80.2010 – fls. 3

Como observou a Procuradora de Justiça, há interesse público a respaldar a homologação pretendida, que se traduz no enorme ganho social trazido pela avença. Não se trata de estimular a ilegalidade, mas de respeitar a avaliação feita pelo executivo e o retrocesso dos invasores; sem que haja demonstração de efetiva infração à fila das famílias inscritas no plano habitacional do município, uma vez que se desconhece a situação do cadastro, o número de moradias em construção, a situação comparativa dos cadastrados e dos invasores que permaneceram na gleba invadida. O acordo foi feito pela Prefeitura, que também cuida do interesse público; e conta com o respaldo do Ministério Público nas duas instâncias, cuja preocupação e cuidado não podem ser desconsiderados. O agravante tem razão.

O voto é **pelo provimento do agravo** para homologar o acordo de fls. 484/486, aqui fls. 64/66.

TORRES DE CARVALHO

Relator